



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS**







ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS



DESDE 1940
PROMOVENDO A
NORMALIZAÇÃO
NO BRASIL

Agradecimentos

Agradecemos especialmente aos colaboradores da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Carlos Santos Amorim Júnior, Claudete Viscaíno dos Reis, Janáina da Silva Mendonça, Márcia Cristina de Oliveira, Márcia Henriques Cornelsen, Rafael Antônio Sorrija, Regiane Guaglione Contier e Vitor Marcio Rodrigues Jardim, que contribuíram para a elaboração deste livro.

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	– 08
Diretoria ABNT	– 10
Apresentação	– 12
Fundação	– 16
Primeiros Anos	– 26
Primeira Norma ABNT	– 34
Anos de Crise	– 36
Retomada	– 42
Atualidade	– 48
História dos Comitês	– 54
Escopo dos Comitês	– 62
Normas Horizontais	– 76
Normas	– 82
Agente Privado de Políticas Públicas	– 86
Defesa do Consumidor	– 90
Acessibilidade	– 94
Publicações ABNT	– 98
Memória ABNT	– 104
ABNT Certificadora	– 108
Presidentes	– 114
Depoimentos	– 128
O Normalizador	– 142
Expediente	– 145



Palavra
do Presidente

Desde sua fundação, em 1940, a Associação Brasileira de Normas Técnicas enfrentou desafios. Sua primeira sede, por exemplo, funcionava com móveis emprestados pelo Instituto Nacional de Tecnologia, que cedia também a secretária. Foram muitos os problemas financeiros, alguns graves a ponto de ameaçar a continuidade da organização. Mas os maus tempos passaram e hoje pontuam a trajetória da ABNT apenas como exemplos de que tudo se supera quando há vontade e espírito de luta.

O balanço é positivo e isso é que importa. A ABNT participou da fundação da International Organization for Standardization (ISO), da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação Mercosul de Normalização e continua realizando trabalhos importantes dentro desses organismos, conquistando respeito no cenário mundial.

Na ISO, especialmente, tivemos uma conquista histórica com a eleição da ABNT para membro do Technical Management Board (TMB), responsável pela gestão geral, planejamento estratégico, coordenação e desempenho das atividades técnicas daquela organização. Ainda estamos coordenando, com a Suécia, o Grupo de Trabalho que desenvolve a norma internacional de Responsabilidade Social e temos representantes em importantes Comitês Técnicos.

Como agente privado de políticas públicas, a ABNT mantém uma relação de total transparência com o governo brasileiro, auxiliando em suas ações sempre que necessário. Em pleno processo de desenvolvimento industrial, em 1962, nossa organização foi reconhecida por lei como Órgão de Utilidade Pública. Trinta anos depois, por meio de resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), tornou-se o único Foro Nacional de Normalização.

Enfim, não é pouco o que temos para contar. Movidos pelo ideal de Paulo Sá, patrono da ABNT, lançamo-nos à tarefa de resgatar a trajetória de nossa organização. A partir de antigas atas de reunião, pesquisas em revistas e muitas entrevistas, conseguimos um material denso, que agora apresentamos à sociedade brasileira. Certamente alguém ainda se lembrará de alguma passagem aqui omitida. Continuamos aceitando colaborações e faremos o devido registro nas próximas edições.

Fazer história é difícil, mas precisávamos dar o primeiro passo, em homenagem a todos os colaboradores voluntários que contribuem para o desenvolvimento da normalização no Brasil, às empresas que nos prestigiam, a todos os associados, conselheiros e funcionários que formam a grande família ABNT. Boa leitura!

Pedro Buzatto Costa
Presidente do Conselho Deliberativo

DIRETORIA

ABNT



Pedro Buzatto Costa
Presidente



Franz Ludwig Reimer
Vice-Presidente



Ricardo Rodrigues Fragoso
Diretor Geral



Carlos Santos Amorim Júnior
Diretor de Desenvolvimento e Informação



Eugenio Guilherme Tolstoy De Simone
Diretor de Normalização

APRESENTAÇÃO

Ata da Sessão de Fun
Brasileira de Normas

Assimilando a realidade

A

ABNT: 65 anos dedicados à normalização

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), único foro nacional de normalização, completa 65 anos de existência. Ao comemorar esta longa trajetória de serviços prestados à sociedade, a ABNT também homenageia todas as pessoas que, de alguma forma, ajudaram a construir esta história de dedicação à Normalização.

O ponto de partida foi a 1ª Reunião de Laboratórios de Ensaio de Materiais, realizada em 1937, com o objetivo de aprimorar pesquisas e consolidar novas tecnologias. Já em 1938 e 1939, ganhava força a idéia de se criar uma Entidade Nacional de Normalização, enfim concretizada um ano depois, com o nascimento da ABNT.

A entidade cresceu e se projetou em âmbito internacional. Participou ativamente da fundação da International Organization for Standardization (ISO) em 1947, sendo eleita para compor o primeiro Conselho daquela instituição. Em 1961, no Uruguai, foi a vez de a ABNT participar da criação da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT), destinada a promover o desenvolvimento da normalização técnica e atividades afins em seus países membros, com o fim de promover seu desenvolvimento comercial, industrial, científico e tecnológico.

A relação com o governo também foi sempre muito intensa. Em pleno processo de desenvolvimento industrial, em 1962, a ABNT foi reconhecida por lei como Órgão de Utilidade Pública. Trinta anos depois, por meio da Resolução número 7 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), fez-se o reconhecimento da entidade como único Foro Nacional de Normalização.

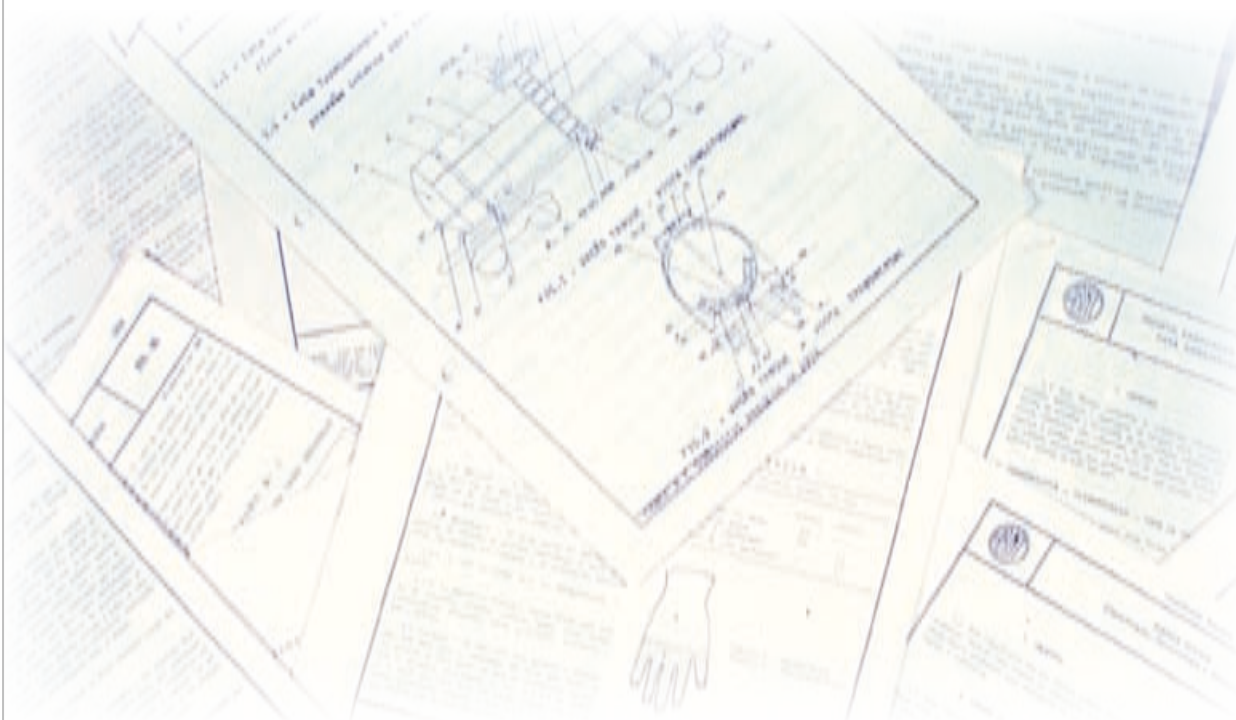
Em 1991, a ABNT ajudou a criar o Comitê Mercosul de Normalização (CMN), com a finalidade de apoiar a integração e a concretização do mercado único, e buscar uma participação mais efetiva no mercado mundial. Nove anos depois, foi firmado convênio com o Grupo Mercado

Comum e o organismo passou a ser chamado de Associação Mercosul de Normalização (AMN), reconhecido como o Foro Regional de Normalização para o Mercosul.

Na história da ABNT, porém, nem tudo foi positivo. A organização enfrentou um período de altos e baixos, desde meados da década 1970 até o início da década de 1990, quando a ABNT, mesmo com o agravamento da conjuntura econômica nacional, teve a colaboração de seus associados para se manter estável.

Em 1999, mergulhou novamente em uma profunda crise financeira, passando por um período pré-falimentar, que foi superado apenas a partir de 2003, quando uma nova postura administrativa foi adotada. Hoje a Associação exibe saúde financeira estável, tendo reconquistado credibilidade e prestígio.

Com o pulso firme da atual diretoria, somado à competência dos funcionários e ao apoio dos conselheiros, aos 65 anos, a ABNT é uma organização jovem e revigorada, pronta para enfrentar novos desafios.



O PONTO DE PARTIDA FOI A 1ª REUNIÃO
DE LABORATÓRIOS DE ENSAIOS DE
MATERIAIS, REALIZADA EM 1937.

FUNDAÇÃO





Participação ativa no processo de desenvolvimento do País

A idéia da criação da ABNT surgiu da necessidade de se elaborar normas técnicas brasileiras para a tecnologia do concreto, para substituir as normas que eram utilizadas pelos diversos laboratórios de ensaio do país, cujas discrepâncias tinham sido detectadas pela ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland, desde a sua fundação, em 1937. Essa falta de uma norma padronizada, que criava condições para que a análise dois corpos de ensaio similares gerassem resultados diferentes, era admitida inclusive pelos dois laboratórios mais importantes do país: o INT, do Rio de Janeiro, e o IPT, de São Paulo. Conscientes do problema apontado pela ABCP, esses laboratórios encabeçaram a ação conjunta de diversas entidades resultariam na criação de uma entidade nacional de normalização.

A história da ABNT começou no Rio de Janeiro, em setembro de 1937, quando o engenheiro Paulo Sá decidiu promover a 1ª Reunião de Laboratórios de Ensaio de Materiais. Esse encontro pioneiro, que tinha como objetivo obter maior entendimento e cooperação de seus colegas de laboratórios congêneres do Rio de Janeiro e também de outros estados, ocorreu no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), onde Paulo Sá atuava como Diretor do Laboratório de Ensaio de Materiais. Em tentativa arriscada, de 600 convidados apenas quatro responderam.

Para surpresa dos organizadores, na data marcada compareceram cerca de 40 técnicos representando uma dezena de laboratórios brasileiros. Nomes de projeção no meio técnico estiveram nessa reunião e nas demais nos anos de 1938, 1939 e 1940.

Um dos participantes, o engenheiro Ary Frederico Torres, chefe do Setor da Produção Industrial do Ministério da Coordenação e Mobilização Econômica, cujo Ministro era o Dr. João

Alberto Lins de Barros, já defendia a criação de normas. Muito prestigiado, juntou-se ao engenheiro Paulo Sá e a vários outros entusiastas para lançar a proposta de criar uma entidade nacional de normalização. Nos anos de 1938 e 1939, com o início do desenvolvimento industrial brasileiro, foram realizadas as primeiras reuniões entre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), forjando as bases para a criação de um organismo brasileiro de normalização.

A idéia foi tomando corpo e, em 28 de setembro de 1940, na Sessão Solene Inaugural da 3ª Reunião de Laboratórios Nacionais de Ensaio, presidida pelo Professor Ernesto Lopes da Fonseca Costa, foi fundada a ABNT, com a aprovação do seu primeiro estatuto.

A ABNT passava a ter existência legal e pouco depois foi eleita a primeira Diretoria da entidade.



A PROPOSTA ERA CRIAR
UMA ENTIDADE NACIONAL
DE NORMALIZAÇÃO

1ª Reunião
de Laboratórios
de Ensaio
de Materiais

ENGENHEIRO ARY FREDERICO TORRES
(COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL)
PRESIDENTE

CORONEL NEIVA DE LIMA
(MINISTÉRIO DO EXÉRCITO)
VICE-PRESIDENTE

ENGENHEIRO MARIO LEÃO LUDOLF
(CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA)
TESOUREIRO

ENGENHEIRO PAULO ACCIOLY DE SÁ
(INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA)
SECRETÁRIO GERAL

Ary Torres ficou durante 15 anos à frente dos trabalhos da ABNT, sendo sucedido por outros grandes nomes dos meios técnico, político e administrativo, como Mariano J.M. Ferraz, Álvaro de Souza Lima, Plínio Reis de Cantanhede Almeida e Luiz Verano.

Na época a Diretoria da ABNT era eleita por seu Conselho Diretor, que por sua vez era escolhido em votação secreta pelos sócios. Representantes de várias categorias de associados compunham o Conselho Diretor.

Para a Presidência da Diretoria ou do Conselho Diretor, sempre se procurou eleger nomes de projeção técnica e política, de forma a obter apoio das áreas governamental e empresarial à ABNT. Um exemplo, dentre as inúmeras personalidades que trouxeram sua preciosa colaboração, é o Professor Lucas Nogueira Garcez, que foi Governador de São Paulo. Garcez, que também ocupava a cadeira de Hidráulica da Escola Politécnica, participou de Comissões de Estudo que se reuniam na Delegacia de São Paulo, sendo inclusive presidente da Comissão de Instalações Hidráulicas Prediais.

O engenheiro Hélio Martins de Oliveira, que foi presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e secretário do então Prefeito Olavo Setúbal, também participou de várias gestões e não mediu esforços para dinamizar os trabalhos da ABNT e defender a causa da normalização.



Paulo Sá
Patrono da ABNT

Ata da Sessão de Fundação da “Associação Brasileira de Normas Técnicas”

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia, à Avenida Venezuela n. 82, nesta Capital, na Sala de Conferências, sob a Presidência do Professor Ernesto Lopes da Fonseca Costa, Vice-Presidente: Dr. Paulo Sá, Dr. João Carlos Vital, Dr. Lelis Espartel, Secretário Dr. Francisco de Assis Basílio, Sub-Secretário Dr. Antonio Russel Raposo de Almeida e Relator Geral Dr. Mauricio Joppert da Silva foi instalada a Mesa que dirigiu os trabalhos para a aprovação dos “Estatutos” da “Associação Brasileira de Normas Técnicas”. Abrindo a Sessão, declarou o Snr. Presidente que, conforme era de conhecimento geral, nesta reunião seria conhecido o trabalho da “12a. Comissão” da “3a. Reunião dos Laboratórios Nacionais de Ensaio de Materiais”, que era justamente o projeto de Estatutos da “ABNT”, dando a seguir a palavra ao Snr. Secretário para proceder a leitura do referido projeto. Usando a palavra informa primeiro o Snr. Secretário que sobre a mesa se achavam à disposição dos presentes, cópias do projeto de estatutos que a seguir passa a ler. Terminada a sua leitura, o Snr. Presidente declarou que estava em discussão o mesmo, tendo um dos presentes feito uma observação sobre a palavra “anual” que figurava no projeto acabado de ser lido. O Snr. Representante da Escola Politécnica da Bahia, informa que constam no original do projeto em discussão, no artigo 47, as expressões “reuniões anuais”. Não havendo ninguém que desejasse usar a palavra sobre a discussão do projeto, declarou o Snr. Presidente que ia submeter à votação, igualmente com as emendas da Comissão o projeto lido, solicitando dos Senhores presentes que aprovassem o mesmo permanecessem sentados. Todos os presentes permaneceram sentados. Declara o Snr. Presidente que foram os estatutos aprovados unanimemente. Pede a palavra Dr. Saturnino de Brito Filho, para salientar um dos aspectos mais interessantes da auspiciosa organização que era acabada de ser concretizada, que era o aspecto de uniformização das “Normas” em todo o mundo, especialmente na América do Sul, em um dos artigos dos Estatutos que acabavam de ser aprovados, que prevê a constituição de uma biblioteca em que se reunisse tudo que fosse interessante à elaboração das “Normas”. Prosseguiu o Dr. Saturnino de Brito Filho que ofereceu, em nome da “Federação Brasileira de Engenheiros” um exemplar das “Normas Técnicas” apresentadas pelo Dr. Ary Torres ao 1o. Congresso Americano de Engenharia, que se reuniu em Santiago do Chile, e que era um dos primeiros subsídios que aquela “Federação” desejava oferecer à nova “Associação”. Disse o orador que da uniformização de métodos, do intercâmbio cultural e comercial advirão muitos benefícios para o nosso País e isso, no momento era motivo de congratulação geral. Declara, por fim, que era o que tinha dizer, enviando à mesa um exemplar. As palavras do orador foram terminadas sob uma salva de palmas dos presentes. Retomando a palavra o Snr. Presidente congratulando-se com a Assembléia pelo auspicioso acontecimento do qual acreditavam resultaria tantos benefícios para o progresso de nossa Pátria, declarou encerrada a presente Sessão, convocando outra para quinze minutos depois, a fim de serem tratados interesses gerais. O Snr. Secretário manda lavrar a presente ata que será assinada por outros por todos os Senhores membros da Nessa que presidiu estes trabalhos,

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1940.

Ass.:

Ernesto Lopes da Fonseca Costa

Paulo Sá

João Carlos Vital

Lelis Espartel

Francisco de Assis Basílio

Antonio Russel Raposo de Almeida

Mauricio Joppert da Silva

1923

OFICINA
 DE REGISTRO
 E
 TITULAS
 Nº 48
 BUENOS AIRES
 DIA 25 JUNHO

Ata da Sessão de Fundação da "Associação Brasileira de Normas Técnicas"

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e quarenta, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia, à Avenida Venezuela n.º 82, nesta Capital, na Sala de Conferências, sob a Presidência do Professor Ednes Lodopjes da Fonseca Costa, Vice-Presidentes: Dr. Paulo Sá, Dr. João Carlos Vital, Dr. Leelis Espartel, Secretário Dr. Francisco de Assis Basílio, Sub-Secretário Dr. Antonio Russel Raposo de Almeida e Relator Geral Dr. Mauricio Joppert da Silva foi instalada a Mesa que dirigiu os trabalhos para a aprovação dos "Estatutos" da "Associação Brasileira de Normas Técnicas". Abriu a Sessão, declarou o Sr. Presidente que, conforme era de conhecimento geral, nesta reunião seria conhecido o trabalho da "1.ª Comissão", da "3.ª Reunião dos Laboratórios Nacionais de Ensaio de Materiais", que era justamente o projeto de Estatutos da "A. B. N. T.", dando a seguir a palavra ao Sr. Secretário para proceder à leitura do referido projeto. Usando a palavra, informou primeiro o Sr. Secretário que sobre a mesa se achavam, à disposição dos presentes, cópias do projeto de estatutos que a seguir passa a ler. Terminada a sua leitura, o Sr. Presidente declarou que estava em discussão o mesmo, tendo um dos presentes feito uma observação sobre a palavra "anual" que figurava no projeto acabado de ser lido.

O Sr. Presidente da Associação Brasileira de Engenharia da Bahia, informou que estava com no original do projeto em discussão, no artigo 47, as expressões "reuniões anuais". Não havendo ninguém que desejasse usar a palavra sobre a discussão do projeto, declarou o Sr. Presidente que a assembleia era volução, igualmente com o consentimento da Comissão do Projeto lido, solicitando dos Senhores presentes que o aprovassem o mesmo permanecesse em sentados. Todos os presentes permaneceram sentados. Declara o Sr. Presidente que foram os estatutos aprovados unanimemente. Pede a palavra o Dr. Saturnino de Brito Filho para salientar um dos aspectos mais interessantes da onipisciosa organização que era a cada de ser concretizada, que era o aspecto de uniformização das Normas em todo o mundo, especialmente na América do Sul, em um dos artigos dos Estatutos que acabavam de ser aprovados, que prevê a constituição de uma biblioteca em que se reunisse tudo que fosse interessante à elaboração das "Normas". Prosseguiu o Dr. Saturnino de Brito Filho que ofereceu, em nome da "Federação Brasileira de Engenheiros" um exemplar das "Normas Técnicas" apresentadas pelo Dr. A. y Torres ao Congresso Americano de Engenharia, que se reuniu em Santiago do Chile, e que era um dos primeiros subsídios para aquela "Federação" desejava oferecer à nossa "Associação". Disse o orador que da uniformização de métodos, do intercâmbio cultural e comercial advirão muitos

Ata da Fundação

muito benéfico para o nosso País e isso, no momento era motivo de congratulação geral. Declara, por fim, que era o que tinha a dizer, enviando à mesa um exemplar. As palavras do orador foram terminadas sob uma salva de palmas dos presentes. Retomando a palavra o Sr. Presidente congratulando-se com a Assembleia pelo auspicioso acontecimento do qual acreditava resultaria tanto benefício para o progresso de nossa Pátria, declarou encerrada a presente Sessão, convocando outra para quinze minutos depois, a fim de serem tratados interesses gerais. O Sr. Secretário manda lavrar a presente ata que será assinada por todos os Senhores membros da Mesa que presidiram estes trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de Setembro de 1930

Excmo. Sr. Presidente
 Sr. Carlos de Azevedo
 Sr. Francisco de Assis Brasil
 Sr. Antonio Russell de Azevedo
 Sr. Mauricio Joppert da Silva

RECEBUEMOS para rubrica e assina
 nº do ordem 1932
 do REGISTRO Subseq.
 Rua de Janeiro 67 - BARRA - P. H. A.
 O QUE CERTIFICO

Oficial do Registro de Tribos e Documentos
 nº 3000 do n. 141 do 1930
 R. de Janeiro 67 - BARRA - P. H. A.



Reconheço a firma de Sr. Antonio Russell de Azevedo
 Sr. Carlos de Azevedo, Sr. Francisco de Assis Brasil, Sr. Antonio Russell de Azevedo
 e Sr. Mauricio Joppert da Silva
 Em test. da verdade.

RECEBUEMOS para rubrica e assina
 nº do ordem 1932
 do REGISTRO Subseq.
 Rua de Janeiro 67 - BARRA - P. H. A.
 O QUE CERTIFICO



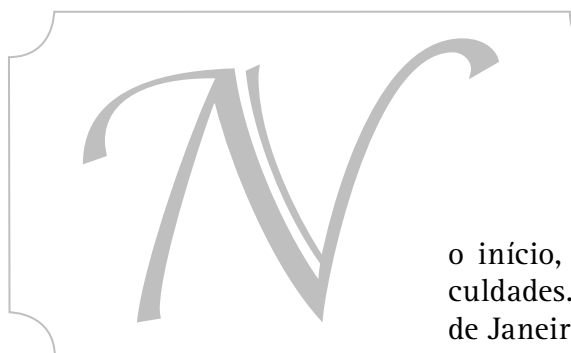
Os 65 anos da ABNT foram marcados também pela emissão de um carimbo especial pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Iniciativa idêntica ocorreu no 60º aniversário da entidade, alinhando-se a uma série de ações que festejaram a data.

O lançamento aconteceu na comemoração do Dia Mundial da Normalização, em 14 de outubro de 2005, realizada no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). O Diretor Regional dos Correios, Marcos Vieira da Silva, prestigiou o evento especialmente organizado para o lançamento do carimbo comemorativo.

O carimbo ficou disponível por uma semana em uma agência dos Correios de São Paulo e em outra no Rio de Janeiro. Toda a correspondência despachada pelas duas unidades recebeu a marca comemorativa. Após esse período, o carimbo seguiu para o Museu Postal e Telegráfico, em Brasília, ali permanecendo como parte do acervo histórico.

PRIMEIROS ANOS





Início dificuldades e móveis emprestados

o início, a Associação enfrentou muitas dificuldades. A primeira sede, localizada no Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, 54, 15º andar, contava apenas com uma secretária cedida pelo INT, e até os móveis eram emprestados. Vale lembrar que o Brasil participava da 2ª. Guerra Mundial.

A ABNT teve papel preponderante nesse período, preparando normas de emergência, principalmente para o setor têxtil.

A ABNT, porém, precisava se expandir. No Estado de São Paulo, que já era o centro industrial do país, a organização contava com apenas 15 associados. Em 1942, a Diretoria da ABNT resolveu indicar o engenheiro Eudoro L. Berlinck para a missão de desenvolver um núcleo de normalização em São Paulo, visando a ampliar o quadro associativo.

Berlinck, que ocupava a Chefia Nacional de Compras do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e já havia introduzido a padronização dos móveis nos organismos governamentais, deixou sua cidade natal, o Rio de Janeiro, e adotou São Paulo para enfrentar esse desafio que lhe foi imposto como profissional e entusiasta da normalização no Brasil. Ele conseguiu uma sala no Instituto de Engenharia, em sua antiga sede no Edifício Central da Rua 15 de Novembro, 228, na região central da capital paulista. A secretária, cedida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), passou a fazer visitas aos empresários, estimulando-os a participar do quadro social.

Av. Almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro, onde foi instalada a primeira sede da ABNT, no final da década de 1940.



Fonte: História das Ruas do Rio - Brasil Gerson - Lacerda Editores



Engenheiro Eudoro Berlinck,
Delegado no Estado de
São Paulo, de 1942 a 1976

A DELEGACIA
DE SÃO PAULO
CRESCEU E
DINAMIZOU
SUAS ATIVIDADES

Não demoraram a aparecer os bons resultados da decisão da Diretoria. Berlinck dinamizou logo os trabalhos de Comissões de Estudos, secretariando-as pessoalmente.

A convite de outro sócio fundador, o engenheiro Julio Rabin, a ABNT transferiu sua sede para o 24º andar do prédio do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), na Rua João Brícola, 24, ocupando duas salas. Aos poucos, com o aumento do número de Comissões de Estudo, foi necessário ocupar praticamente todo o andar.

Nas décadas de 1950 e 1960, a ABNT investiu na sua expansão pelo Brasil, criando mais três delegacias nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Também na década de 1960, criou uma delegacia em Brasília. A idéia era fazer com que a Associação, sendo nacional, pudesse atender o maior número de pessoas possível no país.

Em 1968, porém, o Banespa retomou o andar ocupado pela delegacia, forçando a decisão de procurar novas instalações. Na Rua Marquês de Itu, 88, num prédio novo, a Associação inicialmente alugou o 3º e o 4º andares. A exigência de fiador para concretizar a locação foi resolvida pelo engenheiro Julio Rabin, que avalizou pessoalmente o contrato.

A delegacia de São Paulo cresceu e dinamizou suas atividades. Eudoro Berlinck permaneceu como Delegado em São Paulo até o final de sua vida, oito anos mais tarde.



Jantar oferecido pelo governador do Rio Grande do Sul aos participantes da 8ª Reunião Geral da ABNT, em 7 de janeiro de 1950.



Paulo Sá e
Delegados
dos Estados

Também em 1976, surgiu a necessidade de encontrar nova sede, no Rio de Janeiro. As instalações na Avenida Almirante Barroso não mais comportavam a estrutura da ABNT. A entidade mudou-se para o 28º andar da Avenida Treze de Maio, nº 13. O espaço era dividido pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

No início da década de 1980, o CNP foi transferido para outro local. O MIC teve o mesmo destino, tendo suas instalações transferidas para a Casa da Moeda. Mas, por iniciativa de um dos diretores da ABNT, Ary Marques Jones, foi contratado um financiamento junto à Caixa Econômica Federal, possibilitando à Associação adquirir o imóvel.

NAS DÉCADAS
DE 1950 E 1960,
A ABNT
INVESTIU NA
SUA EXPANSÃO
PELO BRASIL

No ano de 1976, a Empresa de Correios e Telégrafos homenageou a ABNT, como forma de reconhecimento da importância da entidade para o aperfeiçoamento e progresso da ciência, da técnica, da indústria e do comércio no país.

Um selo postal foi lançado com o intuito de mostrar como uma Associação Brasileira estabelece elementos definidos que integram um todo harmônico e normativo. O encaixe gráfico-visual do selo representa, em todos os níveis industriais, um melhor aproveitamento dos recursos naturais e um maior progresso do homem.

O desenho foi desenvolvido pelo artista italiano Gian Calvi, que chegou ao Brasil em 1949.





Primeira Norma ABNT

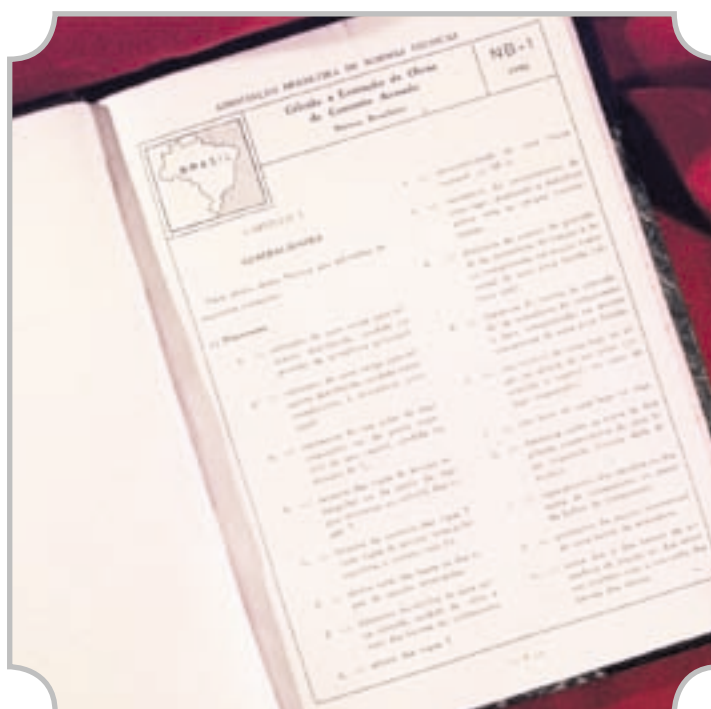
Definir qual foi “a primeira norma da ABNT” pode parecer uma tarefa simples, mas essa definição tem uma relação estreita com o processo de criação da entidade – uma idéia que surgiu na cabeça de alguns idealistas, que perceberam a necessidade de padronizar os critérios técnicos utilizados pelos setores produtivos nacionais. Essa proposta adquiriu consistência nas três Reuniões de Laboratórios de Ensaio realizadas entre 1937 e 1940, que tinham como objetivo a criação das primeiras normas de ensaio para a tecnologia do concreto, um problema que vinha afetando a construção civil do País.

A ABNT foi fundada na terceira dessas reuniões e já nasceu com um acervo de normas prontas ou em fase de elaboração. O fato de elas terem sido elaboradas pela ABNT ou não é, portanto, irrelevante, já que elas foram desenvolvidas junto com o processo de criação da entidade e graças ao esforço coletivo dos seus fundadores. O que se sabe é que, nessa data – 28 de setembro de 1940 –, as normas NB-1 – Cálculo e Execução de Obras de Concreto Armado e MB-1 – Cimento Portland – Determinação da Resistência à Compressão já existiam, embora ainda não tivessem sido aprovadas e, muito menos, adotadas pelo setor de construção civil. A NB-1, uma norma de procedimento e cálculo, e a MB-1, um método de ensaio, eram, portanto, duas normas complementares.

Os poucos registros históricos existentes indicam que a NB-1 foi elaborada por uma comissão de estudos do concreto armado e sua aprovação se deu na mesma 3ª Reunião de Laboratórios de Ensaio em que a ABNT foi fundada, e que a MB-1 já existia desde 1938, embora não haja nenhuma certe-

za quanto à sua adoção antes da criação da ABNT. O que de fato importa é que a criação da entidade permitiu a efetiva aplicação dessas duas normas na construção civil, e que, dada a carência de normas naquela época e as facilidades propiciadas pelo surgimento da ABNT, não demorou muito para que outras fossem elaboradas, como, por exemplo, a NB-2: Cálculo e Execução de Pontes de Concreto Armado, aprovada já em 1941.

Vale ressaltar que, quando a ABNT foi fundada, decidiu-se que as Normas Brasileiras seriam codificadas segundo a sua finalidade: NB – Norma de procedimento e cálculo, MB – Método, PB – Padronização, TB – Terminologia, CB – Classificação, SB – Simbologia e EB – Especificação. Atualmente as normas da ABNT são designadas somente como ABNT NBR.



NB-1 – Cálculo e Execução de Obras de Concreto Armado, publicada em 1940.

ANOS DE CRISE



N

1º. Encontro Brasileiro
de Normalização em 1980
Comemorações dos 40
anos da ABNT

ão foram poucas as crises enfrentadas pela ABNT ao longo de sua história. Uma delas aconteceu entre 1975 e 1978, em pleno regime militar, quando uma onda estatizante fez com que o Governo tentasse – embora sem sucesso – estatizar a atividade de normalização, transformando a ABNT num órgão subordinado ao INMETRO. No entanto, Napoleão Montagna de Souza, o presidente da ABNT na época, apesar de ser um general da reserva, foi um dos pilares da resistência à estatização da atividade de normalização.

As anuidades da IEC, COPANT e ISO, na época pagas com recursos destina-



SELO COMEMORATIVO



Em 1983, a ABNT lançou através da Empresa de Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro, um carimbo comemorativo do Dia Internacional da Normalização, celebrado todos os anos no dia 14 de outubro. Logotipos da ISO, IEC e da própria entidade nacional faziam parte da arte do carimbo.



A sede da ABNT no Rio de Janeiro, em 1987.

dos pelo Governo, deixaram de ser honradas como forma de pressão para a ABNT se tornar estatal. A entidade normalizadora afundou-se numa crise profunda

A dívida com os organismos internacionais, porém, arrastou-se pelas décadas de 1980 e 1990. A ABNT teve de atrasar freqüentemente os salários de seus funcionários para poder pagar essas anuidades.

Como se isso não bastasse, os anos 1980 foram de grandes mudanças na economia nacional, obrigando a ABNT a atravessar essa década com muitas dificuldades. A deterioração econômica no final desse período acelerou o ritmo inflacionário, levando-o ao inimaginável patamar de 1.000% ao ano. O fantasma da hiperinflação assombrava o país.

A ABNT sobreviveu ao agravamento da conjuntura econômica nacional graças, principalmente, à compreensão de seus associados em relação aos argumentos das Diretorias – na época presididas por Hélio Martins de Oliveira, Sérgio Franklin Quintella e Alberto Cotrin Pereira – quanto à necessidade de contribuir com cotas extras para equilibrar o orçamento.

Depois de uma década marcada pela crise, nos anos 1990, surgiu uma luz no fim do túnel. O fenômeno de formação de blocos acelerou a internacionalização da economia. Para competir externamente e ao mesmo tempo fortalecer o mercado interno, só restava uma alternativa para a indústria nacional: modernizar-se para alcançar elevados níveis de qualidade, produtividade, competitividade e capacitação tecnológica.

Preocupada com esse processo, a ABNT intensificou as relações com organismos internacionais, como ISO, IEC e COPANT. A iniciativa permitiu que os Comitês Brasileiros acompanhassem o progresso tecnológico mundial, buscando meios de minimizar os efeitos da normalização técnica como barreira à exportação dos produtos e serviços brasileiros.

Nos anos de 1990 e 1991, por exemplo, a ABNT realizou duas edições do Congresso Internacional de Normalização e Qualidade. Tendo o Parque Anhembi como sede, os eventos visavam à divulgação da normalização, não só para a sociedade brasileira, mas também para o mundo.

Em 1990, o Plano Collor provocou uma séria crise financeira na ABNT. Como o pagamento das anuidades dos seus associados ocorria no dia 15 de janeiro, quando o Plano foi implantado, em 16 de março, a quase totalidade dos recursos acumulados para as despesas da entidade no decorrer desse ano ficou repentinamente bloqueada, com exceção da insignificante soma de Cr\$ 50,00 mensais – conforme dispunha o pretensioso e austero “programa de estabilização da economia nacional”.

Passado esse susto, porém, em 1991, a ABNT já dava sinais de recuperação financeira, fato comprovado por uma grande obra realizada no 28º andar do imóvel no Rio de Janeiro, entre 1991 e 1992, bem como a aquisição de parte do 27º andar. Foi iniciada também a melhoria da infraestrutura das instalações.

Em 1994 foi desenvolvido o primeiro plano estratégico da ABNT, pelo qual se instituiu a profissionalização da Diretoria. O organograma e o estatuto da associação foram alterados. Fato não menos relevante é que todo o processo de metamorfose da entidade foi realizado com a participação e aprovação de todos os seus associados.

Em 1999, com a decisão de otimizar o espaço em São Paulo para oferecer melhor serviço e maiores facilidades na consulta às normas, fortalecendo a área de normalização, a Diretoria, na época presidida por Mário Gilberto Cortopassi, transferiu a ABNT para a tradicional e movimentada Avenida Paulista, considerada um dos maiores centros econômicos do país.

CARIMBO COMEMORATIVO DOS 60 ANOS DA ABNT (2000)

A Empresa de Correios e Telégrafos lançou no dia 20 de setembro de 2000 este Carimbo Comemorativo, nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo com circulação no período de 20 a 30 de setembro, comemorando os 60 anos da entidade.

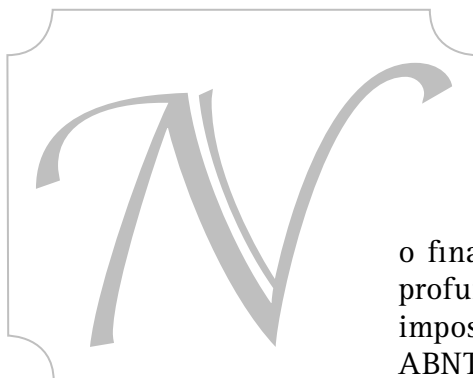
O evento de lançamento contou com a presença da Diretoria Executiva da ABNT e todos os seus funcionários. Na ocasião o Gerente de Contas dos Correios, Carlos Santos, entregou ao Diretor Geral Antonio Márcio Avellar a réplica do Carimbo.

No Rio de Janeiro a cerimônia de lançamento do carimbo foi realizada na Regional Leste da ABNT e aberta pelo Diretor Regional Adjunto dos Correios, Nelson de Andrade Júnior. A primeira obliteração foi feita pelo Gerente Regional Marco José Antônio.



RETOMADA





o final de 2002, devido a uma crise financeira profunda provocada pelos seguidos obstáculos impostos durante as três décadas anteriores, a ABNT mudou sua administração central para a Avenida Professor Almeida Prado, 532 – Prédio 1 – 3º andar. Era um espaço cedido pelo IPT, isento de aluguéis, num esforço para conter as despesas da entidade, que então poderia levantar recursos com o aluguel das salas vagas no edifício da Avenida Paulista.

Essa foi uma das iniciativas do então presidente do Conselho Deliberativo, Francisco Sanz Esteban. Ele também buscou recursos junto aos associados e apoio do governo e da iniciativa privada para que a ABNT pudesse superar a difícil situação financeira em que se encontrava.

Para se reestruturar e dar continuidade às suas atividades, a ABNT criou, no final de 2002, o Projeto Master, que permitiria a recuperação de seu equilíbrio econômico-financeiro. A adesão das indústrias brasileiras possibilitou à ABNT pagar as anuidades dos organismos internacionais e regionais de normalização (ISO, COPANT e AMN) em atraso e voltar ao cenário mundial com força máxima. A entidade ainda conseguiu pagar os impostos atrasados, o que lhe permitiu voltar a vender para o governo e celebrar convênios, honrar rescisões trabalhistas decorrentes de ajustes na folha de pagamento, principal custo da ABNT, e quitar dívidas com fornecedores essenciais para a continuidade de suas atividades, tais como correio, luz, telefone e serviços gráficos.

A partir de 2003, o recém-eleito Presidente do Conselho Deliberativo, Pedro Buzatto Costa, implantou uma nova política na ABNT. Desde o início de sua gestão, com uma nova Diretoria Executiva, imprimiu um caráter empresarial às atividades da entidade, gerindo-a de forma austera, firme e criativa, tendo como principal meta



Rua Marquês de Itu, 88,
sede da ABNT

a recuperação financeira, após um longo período de situação pré-falimentar.

A nova postura da direção, com uma nova definição das áreas de atuação de seus diretores e um controle rígido das despesas e das receitas, resultou no saneamento das finanças e permitiu que, em 2005, a ABNT retornasse à região da Paulista. Agora a entidade ocupa um imóvel na Rua Minas Gerais, 190, no bairro do Higienópolis, com instalações à altura de seu prestígio internacional. Além de melhores condições de trabalho e atendimento aos associados, o espaço proporcionou o resgate da sua identidade.



Novas instalações
em São Paulo

MENSAGEM DEDICADA AO PROJETO MASTER

Mais e novos recursos foram necessários para tirar a ABNT do fundo do poço. Entretanto, na ocasião, não era possível, em curto prazo, alterar as categorias associativas e as respectivas contribuições por questões estatutárias. O limite máximo de contribuição – sócio mantenedor – era de cerca de R\$ 6 mil por ano. Assim, com criatividade e engenharia, foi aberta a possibilidade de uma contribuição maior das empresas, para as quais as normas técnicas são fundamentais em seus ramos de atividade, em contrapartida de produtos e serviços ABNT. Por meio do Projeto Master, a ABNT conseguiu o apoio financeiro de 78 empresas e entidades, em pouco mais de 10 meses.

Agora em 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) completa 65 anos de história. Sendo assim, o Projeto Master, um dos responsáveis pela recuperação econômico-financeira da entidade em um de seus momentos mais delicados, não pode ser esquecido nesta nossa comemoração, pois foi com o apoio das organizações que aderiram a este projeto que a ABNT conseguiu reiniciar o seu caminho rumo ao seu centenário.

Aproveitamos agora, nesse momento especial de história da entidade, para agradecer todo o suporte de todas essas empresas ao longo destes 65 anos.

Muito Obrigado!

Pedro Buzatto Costa
Presidente do Conselho Deliberativo

EMPRESAS MASTER



ATUALIDADE



E

A ABNT e o governo

m 1962, com o país em pleno processo de desenvolvimento industrial, a ABNT foi reconhecida por lei como órgão de utilidade pública. Instituiu-se um regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista. Através de decretos e portarias, a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado passaram a exigir que, nas concorrências públicas, os produtos fossem fornecidos de acordo com as normas da ABNT. Alguns convênios foram realizados visando à realização de estudos específicos para órgãos governamentais: Ministério da Indústria e Comércio, Banco Nacional da Habitação, Eletrobrás e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Ainda no período de aceleração do crescimento, em 1973, através da Lei 5966, foram criados o Sistema, o Conselho e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO, CONMETRO e INMETRO, respectivamente). Depois da criação dessas três entidades e de inúmeras reuniões com o CONMETRO, além de entrevistas com o próprio Ministro da Indústria e Comércio, no dia 5 de outubro de 1979, foi assinado um protocolo de intenções no qual a ABNT foi reconhecida como Foro Nacional de Normalização. As normas da ABNT, depois de aprovadas pelos associados, eram encaminhadas ao INMETRO para registro.





ABNT INTERNACIONAL

Como resultado da intensa participação da ABNT nos fóruns de normalização internacionais, o Brasil foi escolhido como sede de uma reunião plenária da ISO, realizada em junho de 1996, na qual foi aprovada a Série ISO 14000. Cerca de 450 delegados de 43 países e 25 organizações internacionais ligadas ao meio ambiente e proteção ao consumidor reuniram-se no Rio de Janeiro para aprovar esse importante instrumento para o estabelecimento de normas e ferramentas para a gestão ambiental.

A International Organization for Standardization (ISO) foi criada durante uma conferência realizada de 14 a 26 de outubro de 1946, em Londres, na qual se decidiu que a sede da organização seria em Genebra. Além de participar ativamente da fundação, a ABNT foi eleita para compor o 1º Conselho daquele organismo. Desde então sua atuação na ISO foi sempre muito intensa, compondo por mais oito vezes ao longo dos 58 anos da história do organismo internacional de normalização o corpo do Conselho e chegando, inclusive, a ocupar a Presidência, em 2001 e 2002. Até 2005, a ABNT fez parte do Conselho Diretivo e, nesse ano, conseguiu mais

uma conquista inédita para o Brasil, ao ser eleita para integrar o seleto grupo de 12 membros do Technical Management Board da International Organization for Standardization – ISO/TMB. No processo de eleição, o organismo brasileiro concorreu com outros cinco organismos nacionais de normalização. Atualmente o TMB é composto pela AENOR (Espanha), AFNOR (França), ANSI (Estados Unidos), BSI (Reino Unido), DIN (Alemanha), JISC (Japão), NEN (Holanda), SAC (China), SCC (Canadá), SABS (África do Sul) e SN (Noruega).

O ISO/TMB tem a tarefa de coordenar o trabalho técnico da ISO, monitorando as atividades desenvolvidas pelos Technical Committees (TC), Subcommittees (SC) e Working Groups (WG), e sendo responsável pela aprovação dos títulos, escopos, programas de trabalho, escolha de chairmen e secretários etc. Também aconselha o Secretário Geral em questões técnica entre a ISO e a IEC e sobre a colaboração técnica com outras organizações internacionais de normalização. Em 2004, a ABNT já havia conseguido uma importante vitória quando a ISO decidiu conferir ao Brasil, em parceria com a Suécia, a liderança do



então recém-criado Working Group para Responsabilidade Social. Tal decisão foi um marco na história da normalização internacional, pois os trabalhos neste grupo estão sendo desenvolvidos de forma inovadora, com liderança compartilhada por dois países. E para o país também não deixou de ser um marco já que, pela primeira vez, o organismo nacional brasileiro de normalização está tendo a oportunidade de liderar um grupo da envergadura deste de Responsabilidade Social.

O Grupo de Trabalho da International Organization for Standardization (ISO) de Responsabilidade Social realizou seu primeiro encontro em busca do entendimento para a criação da nova norma ISO 26000. Cerca de 300 pessoas dos cinco continentes, falando as mais variadas línguas e representando diferentes “*stakeholders*”, tais como ONGs, setores produtivos, governos e consumidores, estiveram reunidas em Salvador, Bahia, em março de 2005. Por essas razões, muitas foram as posições conflitantes durante o evento, dificultando a obtenção de um consenso. Seis meses depois, o segundo encontro foi organizado em Bangkok, Tailândia. Com um ótimo trabalho desenvolvido pelos líderes do Grupo, a reunião acabou contrariando todas as expectativas, obtendo consenso sobre o denominado “*design specification*”, ou seja, a estrutura da futura norma. Com isso, foi definida também a estrutura permanente do Grupo de Trabalho.

A ABNT também teve forte atuação na criação da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT), em 1961, na cidade de Montevidéu, Uruguai, onde estavam presentes delegados da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela. Para a presidência da recém-criada entidade foi indicado o engenheiro Paulo Sá, que posteriormente viria a ser o patrono da ABNT.

A entidade nasceu com o objetivo de integrar todos os organismos de normalização das Américas. Alberto Sinai Neves, outro brasileiro sempre presente nos trabalhos do COPANT, assumiu o cargo de presidente em 1981, e Paulo Sá foi declarado Presidente Honorário.

O Diretor de Desenvolvimentos e Informação da ABNT, Carlos Santos Amorim Junior, foi eleito para a presidência da COPANT em 2004 e assumiu o cargo em 2005. No dia 12 de maio de 2005, ele dirigiu os trabalhos da reunião do Conselho Diretor, realizada na Costa Rica, depois de uma assembléia geral na qual foram eleitos os novos tesoureiro e vice-presidente. O mandato é de dois anos, encerrando-se, portanto, em 2007.

Como consequência da globalização, da abertura comercial e do surgimento de blocos econômicos, em 1991, foi criada a Associação Mercosul de Normalização (AMN), na qual o Brasil tem desempenhado um papel preponderante, representado pela ABNT, cabendo-lhe atualmente indicar o diretor-tesoureiro da entidade, cargo que vem sendo exercido pelo seu diretor geral, Ricardo Rodrigues Frago. A sede da AMN se localiza no escritório da ABNT, na Avenida Paulista, em São Paulo, o que mostra o grande envolvimento do país com a entidade sul-americana.



International Organization
for Standardization



International Electrotechnical
Commission



Comisión Panamericana
de Normas Técnicas



Asociación Mercosur
de Normalización

HISTÓRIA DOS COMITÊS





A

Das Comissões de estudo aos comitês técnicos

preocupação com a elaboração de Normas Técnicas já existia no Brasil décadas antes da fundação da ABNT. Segundo o pesquisador Hélio Júlio Gordon, do IPT, “o primeiro debate sobre Normas Técnicas que surge ou que se tem conhecimento (...) vai se dar mais ou menos em torno de 1905, com a publicação do Manual de Resistência de Materiais”, elaborado por alunos da Escola Politécnica no Gabinete de Resistência de Materiais, que posteriormente se transformaria no IPT. A questão da normalização técnica avançou de forma mais objetiva em 1926, com a criação do Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM)

O desenvolvimento da indústria do cimento, representada pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), foi um fator decisivo para o crescimento das discussões sobre normas. Segundo Hélio Gordon, “o cimento portland encontra uma barreira, que é a falta de mercado nacional capaz de absorver a sua expansão de vendas. Os aspectos que facilitam o crescimento do mercado são as normas e as especificações, pois elas possibilitam às indústrias eliminar a concorrência das pequenas empresas, atingindo um número maior de pessoas e localidades, e os poucos ajudam na criação de um mercado nacional.”

Alguns órgãos públicos, para adotar critérios de recepção de produtos, se alinharam à ABCP pela causa da normalização; os laboratórios de ensaio, a fim de estabelecer uma ponte de ligação com as indústrias nascentes, também começaram a se empenhar na criação de uma associação brasileira de normas.

O “movimento pró-ABNT” realmente se concretizou em 1936, quando houve a pri-



meira reunião dos laboratórios de ensaios, dedicada a discutir normas e especificações relativas ao cimento, com a participação de repartições técnicas federais, estaduais e municipais, e dos principais laboratórios e professores de engenharia. A coordenação das reuniões foi assumida pelo INT e IPT, e a segunda reunião foi agendada para 1939, nas dependências do IPT. Temas sobre a construção civil, tais como cimento portland, concreto armado e metais, eram os mais abordados. A terceira reunião foi realizada no INT, no Rio de Janeiro. Hélio Gordon descreve como a ABNT surgiu: “Nesta reunião (a terceira) é que se finalizam os debates sobre a criação da ABNT. Eles começam no dia 24 de setembro de 1940 e terminam no dia seguinte. As discussões registradas nas atas indicam uma concordância nos pontos essenciais, sendo os debates travados em questões secundárias. Com isto, estabeleceu-se como objetivo da Associação elaborar a trabalhar pela adoção e difusão das Norma Técnicas Brasileiras, como diz em seus estatutos:

- a) para estabelecer especificações destinada a dirimir a qualidade e regular os recebimentos de materiais;
- b) para uniformizar métodos de ensaios;
- c) para codificar regras e prescrições relativas a produtos e à execução de obras;
- d) para fixar tipos de padrões de produção industrial;
- e) para unificar e fixar terminologias e símbolos.”

E Hélio Gordon continua: “A produção brasileira passava então a ter a possibilidade de basear-se em estudos estabelecidos por experimentos em laboratórios tecnológicos. Isto significa uma transformação na qualidade da industrialização brasileira.



Este fato é profundo, pois revela a tentativa da passagem de um desenvolvimento empírico e limitado de produção para a introdução dos conhecimentos técnicos do desenvolvimento industrial. Revela-se assim um dos aspectos de ligação entre os laboratórios e as instituições, que é a Norma Técnica.”

Criada a ABNT, seu primeiro estatuto determinava que seus trabalhos seriam desenvolvidos por Comissões dedicadas às seguintes áreas de atuação: A – Engenharia Civil e Construção; BGH – Engenharia Mecânica e Metalurgia; C – Eletrotécnica (Eletrônica, Iluminação e Eletricidade); DE – Transporte



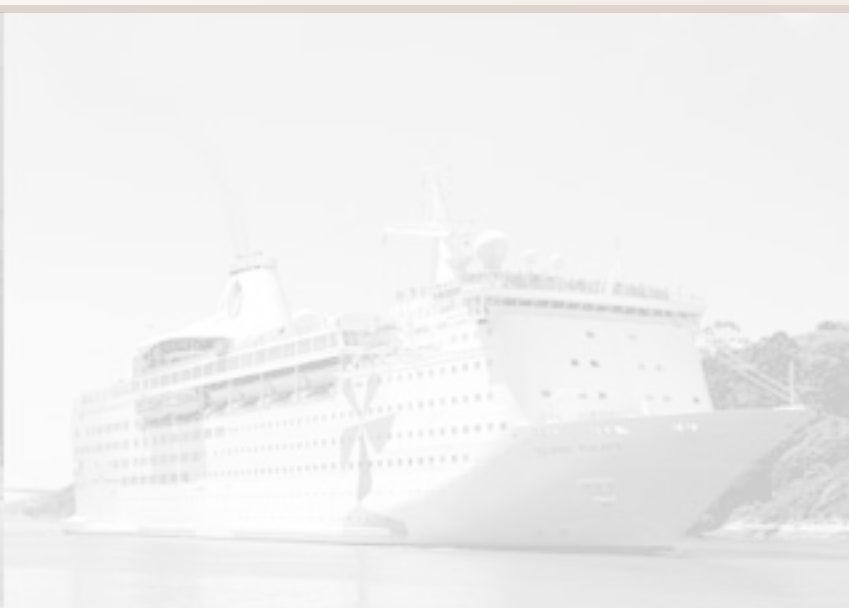
e Comunicação; L – Indústrias Têxteis; e F – Indústrias Químicas. Com o passar dos anos, porém, essa classificação acabou se tornando muito restrita para atender à crescente complexidade da industrialização do País. Assim, em 1968, a ABNT alterou seu estatuto, criando os primeiros 17 Comitês Brasileiros, que passaram a ser denominados pela sigla ABNT/CB seguida de um número, que, segundo consta da reforma do Estatuto, assumiram a função de “órgãos de planejamento, coordenação e controle das atividades exercidas por um grupo de Comissões de Estudo relacionadas com determinado âmbito de normalização e representam, dentro da ABNT, a maior autoridade do ponto de vista técnico.”

Segundo consta no artigo 30º da mesma ata da Assembléia Geral Extraordinária em que se formalizou a reforma da ABNT, datada de 6 de maio de 1968, esses primeiros 17 CBs foram: 1. Mineração e Metalurgia; 2. Construção Civil; 3. Eletricidade (Eletrotécnica, Eletrônica e Iluminação); 4. Mecânica; 5. Automóveis, Caminhões, Tratores, Veículos Similares e Auto-peças; 6. Equipamento e Material Ferroviário; 7. Construção Naval; 8. Aeronáutica e Transporte Aéreo; 9. Combustíveis (inclusive nucleares); 10. Química, Petroquímica e Farmácia; 11. Matérias-Primas e Produtos Vegetais e Animais; 12. Agricultura, Pecuária e Implementos; 13. Alimentos e Bebidas; 14. Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação; 15. Hotelaria, Mobiliário, Decoração e Similares; 16. Transporte e Tráfego; e 17. Têxteis. O parágrafo 1º desse mesmo artigo já previa que “poderá haver desdobramentos, agrupamentos ou redução dos CBs previsto neste artigo”, o que, de fato, acabou acontecendo em função das mudanças e necessidades surgidas nas décadas seguintes, que resultaram na atual estrutura da ABNT.





ESCOPO DOS COMITÊS





Os trabalhos da ABNT atualmente são desenvolvidos por 58 Comitês Brasileiros e 4 ONS – Organismos de Normalização Setorial, relacionados a seguir com seus respectivos escopos:

ABNT/CB-01 **COMITÊ BRASILEIRO DE MINERAÇÃO** **E METALURGIA**

Normalização no campo da mineração; metalurgia do chumbo, níquel e zinco; metalurgia do pó; e fundição de aço e ferro, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-02 **COMITÊ BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

Normalização no campo da construção civil compreendendo componentes, elementos, produtos, serviços, planejamento, projeto, execução, armazenamento, operação, uso e manutenção, abrangendo: cerâmica vermelha e para revestimento; argamassa; pisos; gesso para construção civil; pedras naturais; componentes de fibrocimento; produtos de cimento; blocos sílico-calcário; sistemas e componentes pré-fabricados de concreto; aparelhos e componentes sanitários; plásticos, plásticos reforçados e materiais sintéticos para construção civil; componentes de borracha; tintas e vernizes para construção civil; forros, divisórias e pisos elevados; esquadrias de ferro, aço e alumínio e seus componentes, incluindo fechaduras e acessórios; aplicação de vidros em edificações; aplicação de esquadrias de madeira e seus componentes em edificações; projeto estrutural; alvenaria estrutural; estruturas metálicas, de concreto e de madeira; propriedades dos solos e rochas; obras geotécnicas e de fundação; produtos e processos geossintéticos, construção metroferroviária; portos; rodovias e vias públicas; engenharia de avaliações; perícias na construção civil; conforto ambiental e energia nas edificações; desempenho de edificações e seus componentes; topografia; urbanização; projetos urbanísticos e de arquitetura; gerenciamento e custos na construção civil;

engenharia de manutenção; ferramentas na construção, segurança e condições de trabalho; tratamento e abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; componentes para saneamento básico; componentes e tubulações de aço; ferro fundido e ferro galvanizado para saneamento; sistemas prediais hidráulico-sanitários; sistemas prediais de automação e comunicação; no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-03 **COMITÊ BRASILEIRO DE ELETRICIDADE**

Normalização no campo da eletricidade, eletrônica e telecomunicações compreendendo geração, transmissão e distribuição de energia; instalações elétricas e equipamentos eletro-eletrônicos, inclusive para atmosferas explosivas; dispositivos e acessórios elétricos; instrumentação; bens de consumo; condutores elétricos; iluminação; compatibilidade eletromagnética no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-04 **COMITÊ BRASILEIRO DE MÁQUINAS** **E EQUIPAMENTOS MECÂNICOS**

Normalização no campo de máquinas e equipamentos mecânicos, compreendendo máquinas-ferramenta; ferramentas e dispositivos; componentes mecânicos; transmissão de movimentos; sistemas de medidas e de controle da qualidade da mecânica; compressores; hidráulica e pneumática; refrigeração e ventilação industrial; válvulas e componentes; elevadores e equipamentos de transporte de materiais; termodinâmica; bombas e motobombas; ferramentas e moldações; máquinas para gráficas, madeiras, cerâmicas, plásticos, indústria alimentícia e couro e calçados; máquinas e equipamentos para indústria têxtil, saneamento básico e ambiental, e parque de diversão; máquinas e implementos agrícolas; máquinas e equipamentos pesados e normas básicas para projetos mecânicos, no que concerne a ter-

minologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-05

COMITÊ BRASILEIRO AUTOMOTIVO

Normalização no campo de automóveis, caminhões, tratores, ônibus, ciclomotores, bicicletas, motocicletas, autopeças e componentes, bem como reparação de veículos, emissões veiculares, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-06

COMITÊ BRASILEIRO METRO-FERROVIÁRIO

Normalização no campo metro-ferroviário compreendendo via permanente, material rodante, carro metropolitano, segurança e bilhetagem, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-07

COMITÊ BRASILEIRO DE NAVIOS, EMBARCAÇÕES E TECNOLOGIA MARÍTIMA

Normalização no campo de navios, embarcações e tecnologia marítima compreendendo projeto, construção, elementos de estrutura, equipamentos, acessórios, métodos e tecnologia, abrangendo navios e embarcações costeiras de longo curso, de navegação interior; embarcações de recreio e outras pequenas embarcações menores de 24 m de comprimento total; embarcações de unidades offshore; embarcações e botes salva-vidas; equipamentos de salvatagem; questões relativas ao meio ambiente marinho relacionadas a construção naval, operação de navios e embarcações e estruturas marítimas sujeitas às exigências da International Maritime Organization – IMO; interface porto/navio, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.



ABNT/CB-08 COMITÊ BRASILEIRO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO

Normalização no campo aeroespacial compreendendo materiais, componentes, equipamentos, projeto, fabricação, avaliações, manutenção de subsistemas de aeronaves e veículos espaciais; bem como materiais, equipamentos e manutenção em infra-estrutura aeroespacial, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-09 COMITÊ BRASILEIRO DE GASES COMBUSTÍVEIS

Normalização no campo dos gases combustíveis compreendendo produtos e serviços relacionados com as atividades de exploração, produção, armazenagem, transporte dutoviário, distribuição e utilização desses gases, bem como seus usos nos segmentos indus-



trial, comercial, residencial e automotivo, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se produtos, serviços e usos de âmbito de atuação de outros Comitês Brasileiros e Organismos de Normalização Setorial.

ABNT/CB-10 COMITÊ BRASILEIRO DE QUÍMICA

Normalização no campo da química compreendendo produtos químicos inorgânicos, produtos químicos orgânicos, produtos e preparados químicos diversos, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-11 COMITÊ BRASILEIRO DE COURO E CALÇADOS

Normalização no campo de couro e calçados compreendendo peles cruas, conservadas e curtidas; couros acabados e construção e acessórios de calçados, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-12 COMITÊ BRASILEIRO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Normalização no campo de agricultura e





pecuária, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-13 **COMITÊ BRASILEIRO DE BEBIDAS**

Normalização no campo de bebidas alcoólicas compreendendo matérias-primas, ingredientes e coadjuvantes da tecnologia de fabricação de bebidas no que concerne a determinações físico-químicas, microbiológicas, microscópicas e sensoriais, terminologia, requisitos e generalidades.

ABNT/CB-14 **COMITÊ BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**

Normalização no campo de finanças, bancos, seguros, comércio, administração e documentação, compreendendo práticas adotadas em bibliotecas, centros de documentação e de informações, no que concerne a terminologia, requisitos, serviços e generalidades.

ABNT/CB-15 **COMITÊ BRASILEIRO DO MOBILIÁRIO**

Normalização no campo do mobiliário compreendendo unidades móveis e embutidas e

acessórios, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-16 **COMITÊ BRASILEIRO DE TRANSPORTE E TRÁFEGO**

Normalização no campo de transporte e tráfego compreendendo transporte de carga e de passageiros, sinalização viária, pesquisa de tráfego e comportamento no trânsito, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-17 **COMITÊ BRASILEIRO DE TÊXTEIS E DO VESTUÁRIO**

Normalização no campo da indústria têxtil e do vestuário compreendendo fibras, fios, cabos, cordoalhas, tecidos e outros artigos fabricados em têxteis; artigos confeccionados; matérias-primas; produtos químicos e auxiliares necessários para os diversos tratamentos, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de máquinas e equipamentos para indústria têxtil que é de responsabilidade do ABNT/CB-04.

ABNT/CB-18

COMITÊ BRASILEIRO DE CIMENTO, CONCRETO E AGREGADOS

Normalização no campo de cimento, concreto e agregados compreendendo dosagem de concreto, pastas e argamassas; aditivos, adesivos, águas e elastômeros, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-19

COMITÊ BRASILEIRO DE REFRAATÓRIOS

Normalização no campo dos materiais refratários compreendendo matérias primas metálicas ou não metálicas, produtos refratários conformados e não conformados, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-20

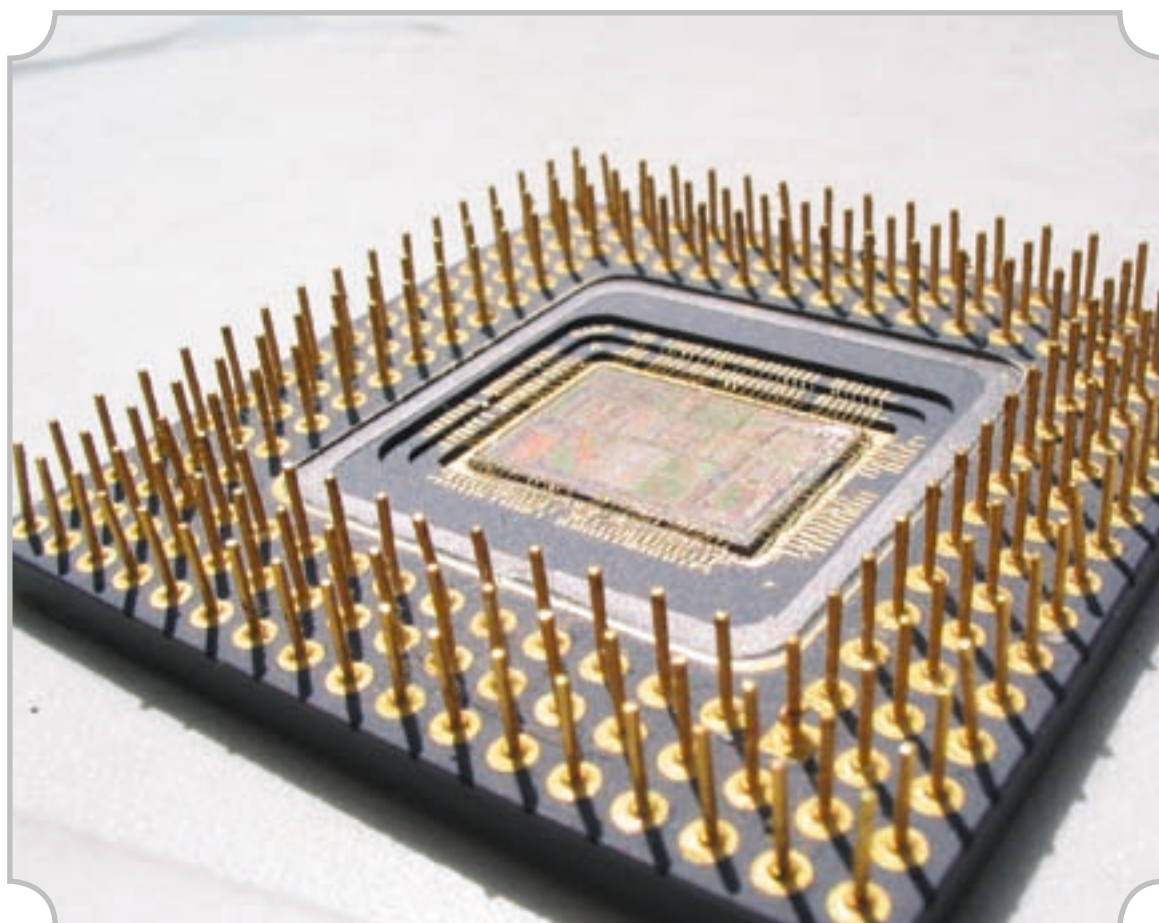
COMITÊ BRASILEIRO DE ENERGIA NUCLEAR

Normalização no campo da energia nuclear compreendendo radiações ionizantes - radioproteção e dosimetria; utilização de fontes radioativas; segurança nuclear; materiais para aplicações nucleares; reatores nucleares de potência; mineração e beneficiamento de urânio e tório; ciclo do combustível nuclear; qualidade e confiabilidade na tecnologia nuclear, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-21

COMITÊ BRASILEIRO DE COMPUTADORES E PROCESSAMENTO DE DADOS

Normalização no campo de computadores e processamento de dados compreendendo au-



tomação bancária, comercial, industrial e do controle de acesso por bilhetes codificados; automação e informática na geração, transmissão e distribuição de dados; segurança em instalações de informática; técnicas criptográficas; gerenciamento em OSI; protocolo de serviços de níveis interiores e cabos e conectores para redes locais, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-22 **COMITÊ BRASILEIRO DE** **IMPERMEABILIZAÇÃO**

Normalização no campo da isolação térmica e impermeabilização compreendendo matérias-primas, materiais, componentes, produtos e construção de sistemas; efeitos de umidade e outros agentes sobre desempenho térmico, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-23 **COMITÊ BRASILEIRO DE EMBALAGEM** **E ACONDICIONAMENTO**

Normalização no campo da embalagem e acondicionamento compreendendo embalagens de papel, de papelão/cartolina, metálicas, de vidro, plásticas, flexíveis compostas e de madeira, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-24 **COMITÊ BRASILEIRO DE SEGURANÇA** **CONTRA INCÊNDIO**

Normalização no campo de segurança contra incêndio compreendendo fabricação de produtos e equipamentos, bem como projetos e instalação de prevenção e combate a incêndio e serviços correlatos; análise e avaliação de desempenho ao fogo de materiais, produtos e sistemas dentro dos ambientes a eles pertinentes; medição e descrição da resposta dos materiais, produtos e sistemas, quando submetidos a fontes de calor e chama, sob

condições controladas de laboratório, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de Equipamentos de Proteção Individual que é de responsabilidade do ABNT/CB-32.

ABNT/CB-25 **COMITÊ BRASILEIRO DA QUALIDADE**

Normalização no campo de gestão da qualidade, compreendendo sistemas da qualidade, garantia da qualidade e tecnologias de suporte; diretrizes para seleção e aplicação das normas da qualidade; e no campo da avaliação da conformidade compreendendo estudo de meios para a avaliação da conformidade de produtos, processos, serviços e sistemas de gestão; elaboração de guias e normas relativas a práticas de ensaio, inspeção e certificação de produtos, processos e serviços e para avaliação de sistemas de gestão, laboratório de ensaio, organismos de inspeção, certificação e credenciamento, e sua operação e aceitação. Excluindo-se a normalização de produtos e serviços.

ABNT/CB-26 **COMITÊ BRASILEIRO ODONTO-MÉDICO-** **HOSPITALAR**

Normalização no campo odonto-médico-hospitalar compreendendo produtos correlatos de saúde tais como: materiais, artigos, aparelhos, dispositivos, instrumentos e acessórios cujo uso ou aplicação na prática médica, hospitalar, odontológica e de laboratório estejam associados às ações e serviços de saúde, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de radiação não-ionizante que é de responsabilidade do ABNT/CB-20.

ABNT/CB-28 **COMITÊ BRASILEIRO DE SIDERURGIA**

Normalização no campo de siderurgia compreendendo matérias primas e insumos side-

rúrgicos, tais como: carvão, coque, ferro-ligas, sucata e produtos para lingotamento de aço; e produtos siderúrgicos planos, longos e tubulares de aço, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-29 **COMITÊ BRASILEIRO DE CELULOSE E PAPEL**

Normalização no campo de celulose e papel compreendendo utilização e conversão, matérias primas e, em particular, pastas (inclusive pastas para dissolução destinada à obtenção de derivados químicos de celulose), no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-30 **COMITÊ BRASILEIRO DE TECNOLOGIA ALIMENTAR**

Normalização no campo da tecnologia alimentar compreendendo produtos de origem animal e agrícola utilizados para alimentação humana e animal, bem como seus derivados, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-31 **COMITÊ BRASILEIRO DE MADEIRAS**

Normalização no campo de madeiras, compreendendo aglomerados, chapas de fibras, compensados, madeiras serradas e madeiras beneficiadas no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-32 **COMITÊ BRASILEIRO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

Normalização no campo de equipamentos de proteção individual compreendendo vestimentas e equipamentos individuais destinados a proteção de pessoas contra riscos, tais como: proteção respiratória, proteção auditiva, capacete de segurança, luvas de segu-

rança, óculos de segurança e cinturões de segurança, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de equipamentos de proteção individual para a área de radiação nuclear, que é de responsabilidade do ABNT/CB-20.

ABNT/CB-33 **COMITÊ BRASILEIRO DE JOALHERIA, GEMAS, METAIS PRECIOSOS E BIJUTERIA**

Normalização no campo de joalheria e bijuteria, compreendendo gemas, pedras coradas e ligas de metais preciosos no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-35 **COMITÊ BRASILEIRO DO ALUMÍNIO**

Normalização no campo do alumínio compreendendo suas ligas, produtos brutos, semi-acabados e acabados, revestimentos superficiais, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-36 **COMITÊ BRASILEIRO DE ANÁLISES CLÍNICAS E DIAGNÓSTICO IN VITRO**

Normalização no campo de análises clínicas e diagnóstico in vitro compreendendo orientações para laboratórios de análises clínicas e sistemas de diagnóstico in vitro, relativas a gestão e garantia da qualidade, procedimentos e desempenhos analíticos, segurança em laboratórios, sistemas e materiais de referência, bem como os equipamentos associados, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização genérica de gestão da qualidade que é de responsabilidade do ABNT/CB-25.

ABNT/CB-37 **COMITÊ BRASILEIRO DE VIDROS PLANOS**

Normalização no campo de vidros planos,

compreendendo materiais e propriedades dimensionais no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-38

COMITÊ BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL

Normalização no campo de ferramentas e sistemas de Gestão Ambiental. Excluindo-se métodos de ensaios relativos a poluentes, qualidade da água, qualidade do solo e acústica; fixação de valores limites em matéria de poluentes ou de efluentes; fixação de níveis de desempenho ambiental; e normalização de produtos.

ABNT/CB-39

COMITÊ BRASILEIRO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

Normalização no campo de implementos rodoviários, compreendendo reboques, semi-reboques, carroçarias para caminhões e contêineres, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-40

COMITÊ BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE

Normalização no campo de acessibilidade atendendo aos preceitos de desenho universal, estabelecendo requisitos que sejam adotados em edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, meios de transporte, meios de comunicação de qualquer natureza, e seus acessórios, para que possam ser utilizados por pessoas portadoras de deficiência.

ABNT/CB-41

COMITÊ BRASILEIRO DE MINÉRIOS DE FERRO

Normalização no campo de minérios de ferro, no que concerne a terminologia, métodos de amostragem, preparação de amostras, determinação de umidade, determinação da distribuição granulométrica, análises químicas e ensaios físicos.

ABNT/CB-42

COMITÊ BRASILEIRO DE SOLDAGEM

Normalização no campo da soldagem e técnicas afins no que concerne a terminologia e simbologia, qualificação de soldadores e inspetores, consumíveis de soldagem, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-43

COMITÊ BRASILEIRO DE CORROSÃO

Normalização no campo da corrosão dos metais e suas ligas compreendendo métodos de prevenção da corrosão; revestimentos metálicos orgânicos e inorgânicos; inibidores de corrosão e produtos afins; proteção catódica e anódica; corrosão atmosférica e águas industriais, no que concerne à terminologia, requisitos, avaliação, classificação, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se corrosão em concreto, produtos à base de cimento, edificações e suas estruturas, produtos siderúrgicos revestidos, produtos e instalações destinadas ao uso de gases combustíveis, bem como aquelas relacionadas a saneamento básico.

ABNT/CB-44

COMITÊ BRASILEIRO DO COBRE

Normalização no campo de cobre e suas ligas, compreendendo vergalhões, tubos e conexões, produtos planos, métodos de análise química e sucata, no que concerne à terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de itens pertinentes ao âmbito de atuação do ABNT/CB-03.

ABNT/CB-45

COMITÊ BRASILEIRO DE PNEUS E AROS

Normalização no campo de pneus, aros, produtos afins e acessórios, no que concerne à terminologia, classificação, especificação, dimensões e métodos de ensaio.

ABNT/CB-46 **COMITÊ BRASILEIRO DE ÁREAS LIMPAS** **E CONTROLADAS**

Normalização no campo de equipamentos, instalações e métodos de funcionamento para áreas limpas e ambientes controlados associados, incluindo limites para procedimentos, limites operacionais e procedimentos para ensaios, visando atender as características desejadas para minimizar a microcontaminação; compreendendo as partículas não-viáveis, as partículas viáveis, a limpeza de superfície, os perfis de temperatura e umidade da sala, perfis e velocidades de fluxo de ar, níveis de iluminação e perfis de vibração da sala, infiltração por vazamento na sala, procedimentos do pessoal da área, as vestimentas específicas para áreas limpas, a preparação dos equipamentos e qualquer outro assunto relativo à otimização da operação das salas limpas, no que concerne à terminologia, requisitos, métodos de ensaio, e generalidades.

ABNT/CB-47 **COMITÊ BRASILEIRO DO AMIANTO** **CRISOTILA**

Normalização no campo da transformação e utilização do amianto crisotila compreendendo fibras, fios e tecidos de amianto para fins industriais, papelão hidráulico de amianto, papelão e gaxetas de amianto para isolamento térmico e vedação industrial, filtros e correias de amianto para fins industriais, no que concerne à terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização de produtos e insumos de fibrocimento e de uso na construção civil.

ABNT/CB-48 **COMITÊ BRASILEIRO DE MÁQUINAS** **RODOVIÁRIAS**

Normalização no campo de máquinas rodoviárias e afins, compreendendo classificação de uso, simbologia, categorias, segurança, operação e manutenção, no que concerne à

terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ABNT/CB-49 **COMITÊ BRASILEIRO DE** **ÓPTICA** **E INSTRUMENTOS ÓPTICOS**

Normalização no campo da óptica e instrumentos ópticos compreendendo sistemas completos, dispositivos, instrumentos, componentes ópticos, dispositivos auxiliares e acessórios, bem como materiais, no que concerne à terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades. Excluindo-se a normalização nos campos cinematográfico, fotográfico, protetores para olhos, micrografia, fibras ópticas para telecomunicações e proteção elétrica para elementos ópticos.

ABNT/CB-50 **COMITÊ BRASILEIRO DE MATERIAIS, EQUIPA-** **MENTOS E ESTRUTURAS OFFSHORE PARA A** **INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

Normalização no campo de materiais, equipamentos e estruturas offshore usados em exploração, perfuração, produção onshore e offshore, refino e transporte por tubulação de petróleo e gás natural, no que concerne à terminologia, requisitos, métodos de ensaios e generalidades. Excluindo-se a normalização de equipamentos pertinentes ao âmbito de atuação do ABNT/CB-04, aspectos de estruturas offshore pertinentes ao âmbito de atuação do ABNT/CB-07 e aspectos de transporte de gás natural pertinentes ao âmbito de atuação do ABNT/CB-09.

ABNT/CB-52 **COMITÊ BRASILEIRO DO CAFÉ**

Normalização no campo do café, compreendendo café verde, torrado e moído e café solúvel no que concerne à terminologia, amostragem, especificação, métodos de ensaio, bem como os requisitos para embalagem, estocagem e transporte.

ABNT/CB-53

COMITÊ BRASILEIRO DE NORMALIZAÇÃO EM METROLOGIA

Normalização no campo da metrologia científica e industrial e suas áreas correlatas, compreendendo: terminologia, generalidades e procedimentos para controle metrológico, confiabilidade laboratorial, métodos e técnicas de calibração e ensaios, comparação inter-laboratorial, ensaios de proficiência, aplicáveis a qualquer segmento/setor econômico, dispositivos e instrumentos de medição. Excluindo-se a normalização de métodos e técnicas de calibração e ensaios, equipamentos, instrumentos de medição e outras normas específicas do âmbito de atuação dos demais ABNT/CB.

ABNT/CB-54

COMITÊ BRASILEIRO DO TURISMO

Normalização no campo do turismo (hoteleria, restaurantes e refeições coletivas, agenciamento e operação e demais funções do setor de turismo), compreendendo a normalização de serviços específicos do setor de turismo e de operações e competências de pessoal, no que concerne a terminologia, requisitos e generalidades.

ABNT/CB-55

COMITÊ BRASILEIRO DE REFRIGERAÇÃO, AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E AQUECIMENTO

Normalização no campo da refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento compreendendo refrigeração comercial e industrial, ar condicionado comercial e industrial, ventilação comercial e industrial e aquecimento convencional e solar, no que concerne à terminologia, classificação; identificação; desempenho e ensaios de máquinas, equipamentos e sistemas; projeto, execução e manutenção de sistemas; conservação de alimentos perecíveis; conforto humano; qualidade do ar e conservação de energia em ambiente comercial e industrial.



ABNT/CB-56 **COMITÊ BRASILEIRO DA CARNE** **E DO LEITE**

Normalização no campo da carne e do leite usados para alimentação humana e animal compreendendo as fases da cadeia produtiva, como: cria, recria, engorda, abate, ordenha, industrialização, disponibilização no mercado; sistemas de produção; rastreabilidade; tecnificação das propriedades rurais; sistemas de criação e classificação de carcaça, no que concerne a terminologia, requisitos e métodos de ensaio. Excluindo-

se a normalização no campo de máquinas e equipamentos que é de responsabilidade do ABNT/CB-04.

ABNT/CB-57 **COMITÊ BRASILEIRO DE HIGIENE** **PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS**

Normalização no campo de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos compreendendo produtos, processos, serviços e matérias-primas no que concerne à terminologia, requisitos, classificação e métodos de ensaio, boas práticas e outras generalidades.

ORGANISMOS DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL

O Organismo de Normalização Setorial (ABNT/ONS, definido pela Resolução nº06 de 24 de agosto de 1992, é um organismo público, privado ou misto, sem fins lucrativos, que, entre outras, tem atividade reconhecida no campo da Normalização em um dado domínio setorial, e que tenha sido credenciado pela ABNT segundo critérios aprovados pelo CONMETRO.

ONS-27 - ORGANISMO DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL DE TECNOLOGIA GRÁFICA

Normalização no campo da tecnologia gráfica compreendendo impressão e tecnologia gráfica desde o original para reprodução até o acabamento do produto, em particular quanto a composição, fotorreprodução, processos de impressão, acabamento e adequação de matérias-primas (papel, tinta e outras usadas na indústria gráfica) no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ONS-34 - ORGANISMO DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL DE PETRÓLEO

Normalização no campo de petróleo compreendendo produtos de petróleo, lubrificantes e fluidos hidráulicos não derivados de petróleo, no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

ONS-51 - ORGANISMO DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL DE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO PLÁSTICOS

Normalização no campo de embalagem e acondicionamento plásticos, compreendendo produtos transformados pelos processos de extrusão, sopro, injeção, termoformagem, vacuum forming, calandragem, rotomoldagem, laminação ou pela combinação destes, no que concerne a terminologia, requisitos e métodos de ensaio e generalidades.

ONS-58 - ORGANISMO DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL DE ENSAIOS NÃO-DESTRUTIVOS

Normalização no campo de ensaios não-destrutivos geralmente aplicados aos materiais de construção, aos componentes e aos acessórios no que concerne a terminologia, requisitos, métodos de ensaio, especificações de desempenho de equipamentos, qualificação de pessoal e generalidades.



NORMAS HORIZONTAIS



NORMAS HORIZONTAIS

Normas horizontais são aquelas normas de gestão que não contemplam um setor, produto ou serviço específico, mas são aplicáveis a todos eles. Nesse conceito se enquadram as normas elaboradas pelos seguintes Comitês Brasileiros: ABNT/CB-14 – Informação e Documentação, ABNT/CB-25 – Qualidade e ABNT/CB-38 – Gestão Ambiental.

ABNT/CB-25 - Qualidade

As primeiras normas de Sistemas de Gestão foram publicadas pela ISO em 1987, recebendo a numeração da série de normas ISO 9000. Tais normas tiveram uma grande aceitação pelas empresas em muitos países, sendo consideradas instrumentos eficazes para ampliar a confiabilidade das trocas comerciais entre as nações.

Com o objetivo de incentivar as empresas a melhorarem a sua produtividade e competitividade, os gestores do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) reconheceram que, ao ser transformadas em normas brasileiras, as normas da série ISO 9000 se tornariam importantes instrumentos para a implementação do Programa.

Como conseqüência, o então presidente da Fundação Valeparaibana, Dr. Adalberto Guedes Pereira, propôs à ABNT a criação de um Comitê Brasileiro para instituir um ferramental normativo para o PBQP, proposição esta que foi encaminhada para ser apreciada pelo Conselho Técnico da ABNT.

Enfim, em 1992, foi criado o ABNT/CB-25,

que começou a operar com o intuito de se criar uma infra-estrutura de normalização da Gestão de Sistemas de Qualidade no Brasil. Para isso, foi dada grande ênfase à participação brasileira nos foros internacionais e regionais de normalização, através dos Comitês Técnicos do ISO/TC 176 – Quality Management and Quality Assurance, do CASCO – Committee on Conformity Assessment, do COPANT – Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas, e da AMN – Associação Mercosul de Normalização, uma vez que estas normas passaram a desempenhar um papel importante no comércio internacional.

Desde sua criação, o ABNT/CB-25 sempre participou de todos os Grupos de Trabalho do ISO/TC 176 e do ISO/CASCO, elaborando e revisando os documentos emitidos pela ISO em seu campo de aplicação. A presença constante do Brasil nos trabalhos de reconhecimento da capacitação técnica dos seus delegados tem permitido ao ABNT/CB-25 cumprir a sua estratégia de conquistar espaços e de ter forte influência nas decisões

dos Comitês Técnicos da ISO em que trabalha. De 1992 até hoje, o Comitê participou da elaboração de 35 documentos normativos internacionais no ISO/TC 176 e de 41 guias de normas de avaliação de conformidade no ISO/CASCO.

As normas de Sistemas de Gestão da Qualidade têm como objetivo esquematizar de forma lógica as operações de uma organização para melhorar o seu desempenho e dar consistência ao fornecimento de seu produto, satisfazendo os requisitos do cliente e, desse modo, aumentando a sua produtividade através de um ciclo que termina com a coleta de opiniões do cliente, que são utilizadas para realimentar o sistema e melhorar o produto oferecido pela organização.



Capa da Norma ABNT/NBR 9000

ABNT/CB-38 - Gestão Ambiental

A Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-Rio'92), realizada em junho de 1992, representou, sem dúvida, impulso decisivo para o movimento de normalização ambiental internacional. Durante a Rio'92 foi proposta a criação, junto à ISO, de um grupo especial para estudar a elaboração de normas de gestão ambiental. Após alguns meses de trabalho, o grupo propôs a criação, na ISO, de um comitê específico para tratar das questões de gestão ambiental.

Em março de 1993, a ISO estabeleceu o Comitê Técnico 207 – Gestão Ambiental (TC-207) para desenvolver a série de normas internacionais de gestão ambiental, a exemplo do que já vinha sendo feito pelo TC-176 na Gestão de Qualidade. A série que recebeu o nome de ISO 14000 refere-se a vários aspectos, como sistemas de gestão ambiental, auditorias ambientais, rotulagem ambiental, avaliação do desempenho ambiental, avaliação do ciclo de vida, terminologia, integração de aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produto, comunicação ambiental e mudanças climáticas.

Já no segundo semestre de 1994 foi criado, junto a ABNT, no Rio de Janeiro, o Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (GANA), resultante de esforços de empresas, associações e entidades representativas de importantes segmentos econômicos e técnicos do país. O Grupo tinha como objetivo acompanhar e analisar os trabalhos desenvolvidos pelo TC-207 da ISO e avaliar o impacto das normas ambientais internacionais nas organizações brasileiras.

Após o término da primeira rodada dos trabalhos do ISO/TC-207, em 1998, o GANA encerrou suas atividades e em abril de 1999 a ABNT criou o Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental – ABNT/CB-38, coordenado pelo Eng^o Haroldo Mattos de Lemos, que substituiu o GANA na discussão das normas ISO 14000 a nível internacional e na elaboração

das normas brasileiras correspondentes. O ABNT/CB-38 foi criado com estrutura semelhante ao ISO TC-207 e seus Subcomitês.

O desafio do ABNT/CB 38 é viabilizar, por meio da normalização, a melhoria do desempenho ambiental das empresas brasileiras, fortalecendo sua competitividade no mercado internacional, bem como consolidando a gestão ambiental na sociedade brasileira.



Capa ABNT
NBR 14000



NORMAS



A

Elaboração de Normas

ntigamente, as normas ABNT eram aprovadas nas Assembléias de Normalização Técnica, após debates e votações. Esses eventos eram realizados em vários estados e o último aconteceu em Curitiba, em 1953.

Técnicos de todo o Brasil reuniam-se nesses congressos. As Normas Recomendadas eram aprovadas como definitivas, ou seja, Brasileiras. Até então, todos os projetos preparados pelas Comissões de Estudos (CE) eram votados pelos associados e tinham o caráter de Recomendações.

Entretanto, os congressos anuais se tornaram inviáveis, induzindo a primeira alteração do estatuto da ABNT. Todos os projetos passaram a ser colocados em votação entre os associados e, se aprovados, passavam diretamente à condição de Norma Brasileira, extinguindo-se o estágio da Norma Recomendada.

Atualmente, o processo de elaboração de Normas Brasileiras é iniciado sempre que a sociedade se manifesta, gerando uma demanda. Depois, o Comitê Brasileiro (ABNT/CB) ou Organismo

de Normalização Setorial (ABNT/ONS) analisa a solicitação, verifica sua viabilidade e prioridade e a inclui no seu Programa de Normalização Setorial (PNS), encaminhando-a à Comissão de Estudo (CE). Caso não exista CE, providencia-se sua criação.

No caso de não existir um ABNT/CB ou ABNT/ONS, é feito um trabalho de conscientização do setor, para que tome a iniciativa de criá-lo. Se o assunto não justificar tal medida, por ser muito restrito, cria-se então uma Comissão de Estudo Especial Temporária (ABNT/CEET), que cuidará apenas da elaboração da norma solicitada.

A Comissão elabora o Projeto de Norma Brasileira, preferencialmente com base em normas internacionais, de acordo com o Código de Boas Práticas em Normalização da ISO e OMC. A participação na CE é voluntária e aberta a todo e qualquer interessado no assunto objeto da norma. Todas as opiniões são analisadas e discutidas, sendo a decisão tomada por consenso entre seus membros.

CONSULTA NACIONAL

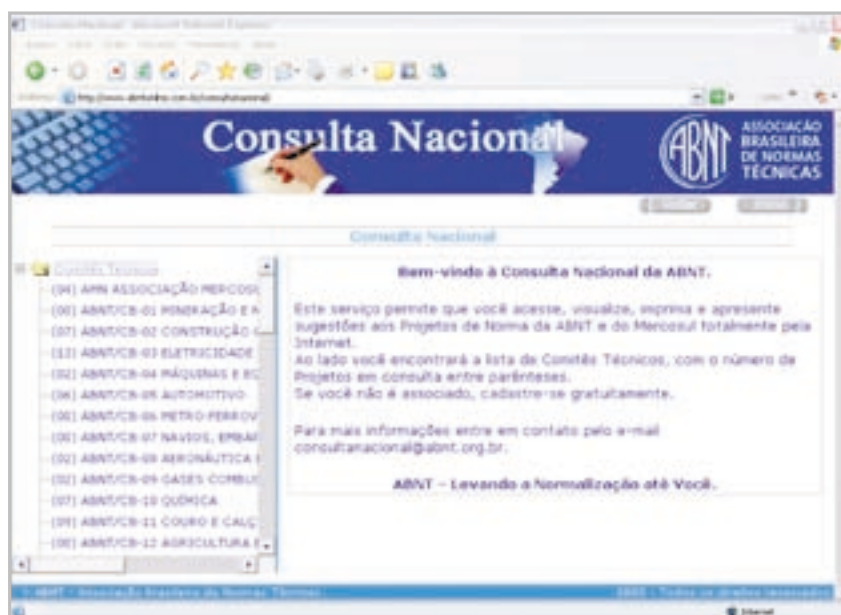
Após o processo de desenvolvimento, o Projeto de Norma Brasileira é submetido a uma Consulta Nacional e qualquer interessado pode emitir sua opinião quanto ao conteúdo do documento. Essa consulta recomenda à CE a sua aprovação, com sugestões, ou a sua não aprovação, com objeções técnicas.

A CE analisa as sugestões ou objeções técnicas ao Projeto de Norma Brasileira, convidando os seus autores a participar da reunião final de aprovação, para que defendam pessoalmente suas posições. Como resultado, a CE pode aprovar o Projeto como Norma Brasileira ou retornar à etapa anterior, de elaboração, a fim de proceder a um novo estudo caso as objeções técnicas sejam julgadas relevantes. Por fim, a ABNT publica a Norma Brasileira, disponibilizando-a à sociedade.

Centro de Informações Tecnológicas (CIT)

Anteriormente a ABNT disponibilizava aos seus associados uma biblioteca contendo coleções de normas de diversos países. Entre os países com os quais era mantido um intercâmbio de normas, destacavam-se França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão.

No início de 2005, com a preocupação de modernizar o sistema de pesquisa e facilitar a vida de seus associados, a antiga biblioteca de normas impressas foi substituída por uma biblioteca virtual. Computadores são disponibilizados no Centro de Informações Tecnológicas (CIT), localizado na própria entidade, para que qualquer pessoa possa ter acesso às normas da entidade.



A Consulta Pública Nacional, atualmente, é feita via internet

AGENTE PRIVADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS





Na condição de entidade da sociedade com funções de interesse público, a ABNT sempre manteve ligações muito estreitas com o Estado, fato que eventualmente permite confundi-la com um órgão estatal. Apesar de a normalização ter sido desenvolvida no Brasil com forte amparo do Estado – principalmente nos momentos históricos caracterizados pela centralização do planejamento econômico –, na maioria dos países, principalmente nos mais desenvolvidos, é uma atividade promovida pela sociedade civil, cabendo ao Estado a função de regulamentar a aplicação das normas já elaboradas, quando for o caso.

Da mesma forma que em outros países, no Brasil, coube à ABNT desenvolver as atividades voltadas à implantação de políticas públicas, mas no sentido do interesse público da sociedade, coincidindo nesse ponto com as funções do Estado, que são, por definição, também de interesse público. A história da ABNT registra situações que comprovam a convergência de suas funções com as do poder público. Já na época de sua criação, dada a necessidade de adotar critérios de recepção de produtos, alguns órgãos públicos se alinharam à causa da Normalização. Os laboratórios de ensaios, a fim de estabelecer uma ponte de ligação com as indústrias nascentes, também começaram a se empenhar na criação de uma associação brasileira de normas.

Além desses interesses pontuais, aquele período da história do País se caracterizou pela implantação de uma política de modernização e centralização, principalmente no período de governo de Getúlio Vargas (de 1934 a 1945). A criação da ABNT se tornou cada vez mais importante para o governo, já que atendia ao princípio de racionalização do trabalho presente no Estado Novo. Prova disso é que, para incentivar a iniciativa das entidades e dos profissionais envolvidos, as Normas Técnicas estabelecidas nas duas primeiras Reuniões de Laboratórios de Ensaio foram imediatamente convertidas em Decretos-lei.

Apesar de ser uma entidade da sociedade civil, a ABNT foi reconhecida como sendo de utilidade pública através

da Lei nº 4.150, de novembro de 1962, que decreta que as suas normas são de uso obrigatório nos serviços públicos concedidos pelo governo federal, assim como nas obras e serviços executados nos âmbitos dos governos estaduais e municipais, mas financiados com recursos federais. Leis e decretos similares também foram adotados por inúmeros governos estaduais e municipais.

Após a criação do Sistema, do Conselho e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, CONMETRO e INMETRO, respectivamente –, no dia 5 de outubro de 1979 foi assinado um Protocolo de Intenções com vistas a reconhecer a ABNT como Foro Nacional de Normalização, fato que acabou se concretizando em 1983, com a Resolução nº 14 do CONMETRO. Posteriormente, a Resolução nº 7 de 24 de agosto de 1992, estabeleceu que a ABNT passaria a ser o “único” Foro Nacional de Normalização.

As legislações dos três níveis de governo e, principalmente, as Resoluções do CONMETRO, reconhecendo o papel da ABNT, refletem sua importância como agente privado de políticas públicas.



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS**

DEFESA DO CONSUMIDOR





Norma e Defesa do Consumidor

ormas são um elemento complementar de proteção ao consumidor. Elas contribuem para tornar a vida mais fácil e para aumentar a confiança, segurança e eficácia dos bens e serviços utilizados por toda a sociedade. De instruções para gravadores de vídeo a requisitos de segurança para fogões, a normalização permite que os consumidores tenham confiança na qualidade dos produtos e serviços que eles adquirem.

A partir deste princípio, em 1964, o Conselho da ISO, que na época contava com a ABNT entre seus membros, aprovou a resolução 48/1964 para promover a participação de consumidores em trabalhos da normalização. Pensamento similar foi refletido nas decisões tomadas no mesmo ano pelo Conselho da IEC e o Comitê de Ação da ISO.

Esses fatos condicionaram a criação do COPOLCO (Conselho de Política do Consumidor) pelo Conselho da ISO, com a participação da IEC, em 1977, com o objetivo de promover a representação dos interesses do consumidor nos comitês técnicos do organismo que desenvolvem normas específicas para os consumidores e assegurar que os seus trabalhos se desenvolvam de acordo com as suas necessidades.

Até hoje a ABNT continua participando ativamente do COPOLCO como membro observador. A preocupação da entidade em relação à defesa do consumidor, no entanto, não pára por aí. Desde sua criação, a ABNT produz normas para garantir a qualidade dos produtos em benefício da sociedade.

Se pesquisarmos o acervo de mais de 10.000 normas da ABNT, identificaremos normas dos mais diversos segmentos, que estão presentes no cotidiano das pessoas. A casa onde vivemos, os transportes que utilizamos, o banco onde guardamos nosso dinheiro, a alimentação comprada no supermercado e até mesmo pequenos objetos como um simples palito de fósforo requerem um padrão a ser seguido.

Atender à crescente demanda de normalização em relação à saúde, segurança, proteção do meio ambiente e, principalmente, à defesa do consumidor é uma das prioridades da entidade. A intenção é fazer com que, baseando-se nas normas técnicas, o público tenha total respaldo na hora de adquirir produtos e serviços.

Por essas razões, é importante que a sociedade exija produtos que seguem as normas da ABNT. Um produto ou serviço normalizado é garantia de qualidade e satisfação, tanto para o fabricante como para o consumidor.



ACESSIBILIDADE



A

ABNT sempre cumpriu seu papel perante a sociedade. Por meio do Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), desde 2000, a entidade atua intensamente para promover o acesso e, conseqüentemente, a integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais. Isso não significa que a preocupação com o tema seja recente.

Em 1985 foi criada a primeira Norma Técnica pertinente a acessibilidade, intitulada ABNT NBR 9050 - Adequação das edificações, equipamentos e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência. Hoje em dia, a entidade já conta com doze normas elaboradas pelo ABNT/CB-40.

Com a consciência de que tais normas são de interesse social, em especial aquelas relacionadas direta ou indiretamente às pessoas com deficiência citadas pela legislação nacional, em 2004, a ABNT firmou acordo com o Ministério Público Federal em junho de 2004, para a divulgação, pela Internet ou Diário Oficial das normas em referência, para permitir o acesso amplo e irrestrito por qualquer cidadão interessado. Vale lembrar que a ABNT disponibiliza ao público todas as Normas Brasileiras sobre acessibilidade no site do Ministério Público Federal.

No dia 02 de dezembro do mesmo ano, a Presidência da República estabeleceu o Decreto nº 5296 regulamentando a Lei nº 10.048, de 08 de dezembro de 2000, que dá prioridade às pessoas portadoras de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 65 anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Acessibilidade

O ABNT/CB-40 continuou atuando em prol da sociedade, publicando novas normas, como, por exemplo, a ABNT NBR 15250, que fixa critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados quando do projeto, construção, instalação e localização de equipamentos destinados à prestação de informações e serviços de atendimento ban-

cário. Um mês depois se integrou à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão de Assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na luta pela acessibilidade. A ABNT também disponibiliza normas no site da CORDE.



PUBLICAÇÕES
ABNT



BOL
D
ASSOCIAÇÃO
DE NORM

O

Publicações ABNT



Edição comemorativa de
65 anos

primeiro Boletim ABNT foi publicado em dezembro de 1947, no Rio de Janeiro, com o intuito de divulgar as atividades da entidade entre seus associados. No início, era uma espécie de circular mais completa, que veiculava notícias sobre os trabalhos realizados pelas Comissões, as publicações recebidas o movimento internacional de normalização e outras atividades de interesse dos associados. Partindo de um modelo simples e desprezioso, com o passar dos anos, o Boletim ABNT foi ganhando forma e conteúdo mais consistentes, até que, já na década de 1980, foi transformado na Revista ABNT.

Com um novo e moderno projeto editorial, que incluía publicidade e páginas coloridas, no entanto, a nova publicação preservou o objetivo do Boletim ABNT, de funcionar como o principal veículo de comunicação da entidade com os seus associados.

Na década seguinte, mais precisamente em 1996, a Revista se desvinculou do Boletim, passando a ser produzida trimestralmente por uma editora terceirizada. O Boletim continuou sendo produzido pela própria ABNT, com o mesmo conteúdo prático e objetivo adotado desde as suas primeiras edições, ainda na década de 1940.

Desvinculada do Boletim, a Revista ABNT não alcançou a independência comercial esperada e acabou saindo de circulação em 1990.

Em 2001, surgiu a idéia de que a Revista fosse reativada nos mesmos moldes da época de sua criação, na década de 1980, ou seja, substituindo – mais uma vez – o Boletim, cuja eficiência como veículo de comunicação já estava mais do que testada e aprovada. Atualmente, O Boletim ABNT é uma referência de veículo especializado no segmento, com anúncios e um conteúdo amplo sobre os trabalhos de normalização realizados tanto no Brasil como no exterior.



BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

ANO 1

Rio de Janeiro, Dezembro 1947

NUM. 1

O NOSSO BOLETIM

Por ocasião da VII Reunião Geral, a Assembléa Plenária, por unanimidade, decidiu que a Secretaria organizasse um Boletim periódico no qual se puzessem os aúca da A.B.N.T. ao par das atividades associativas. E para cumprir esta resolução que sai agora o nosso Boletim.

Será, a princípio, como que uma circular mais desenvolvida na qual se dará notícia dos trabalhos realizados pelas Comissões, das publicações recebidas, do movimento internacional de normalização, de outras atividades que possam interessar aos sócios.

Não tem grandes pretensões: procurará apenas — e não é pouco — servir. Quanto se interessam pela nossa A.B.N.T. têm a obrigação de nos ajudar, com seus conselhos, com sua cooperação técnica, com sua crítica construtiva.

Começando modestamente, há de melhorar se tal apoio não nos for negado.

Sairá, conforme o deliberado pela Assembléa, de 2 em 2 ou de 3 em 3 meses, conforme a matéria que se tenha para divulgar.

E como este primeiro número vai ser distribuído às vésperas das grandes festas cristãs da passagem do ano, levará, como primícias de cordialidade, os nossos votos sinceros para que Deus a todos distribua, nas suas atividades técnicas ou familiares, do corpo ou do espírito, um quinhão maior de venturas e de prosperidade.

NOVA DIRETORIA

Em reunião de 14 de novembro, o Conselho Diretor elegeu a Diretoria da A. B. N. T. para o período 1947-50: presidente, eng.^o Ary F. Torres; vice-presidente, Cel. A. Dubois Ferreira; 1.^o tesoureiro, eng.^o J. C. Vital; 2.^o tesoureiro, eng.^o L. Briggs Brito; secretário geral, eng.^o Paulo Sá.



VII REUNIÃO GERAL

Com o maior sucesso, realizou-se, de 9 a 24 de setembro em Recife e Salvador a VII Reunião Geral da A.B.N.T. Graças ao apoio das autoridades estaduais e municipais e ao incansável trabalho dos nossos prezados consócios de Pernambuco e Bahia (justo é salientar, entre outras, os engenheiros Murilo Coutinho, João Holmes, Antonio Baltar, Almir Barros, Pelopidas Silveira, Maurício Justa, Jorge Kelsch, M. Calmon Sobrinho e J. Olivieri) o êxito técnico e social excedeu qualquer expectativa. Além das reuniões e excursões nas duas cidades, grande parte da comitiva (que excedia, no total, de 100 pessoas) percorreu de automóvel 1 600 km pelo interior dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas e Bahia, vendo as obras contra as secas e os trabalhos no rio S. Francisco e na Cachoeira de Paulo Afonso.

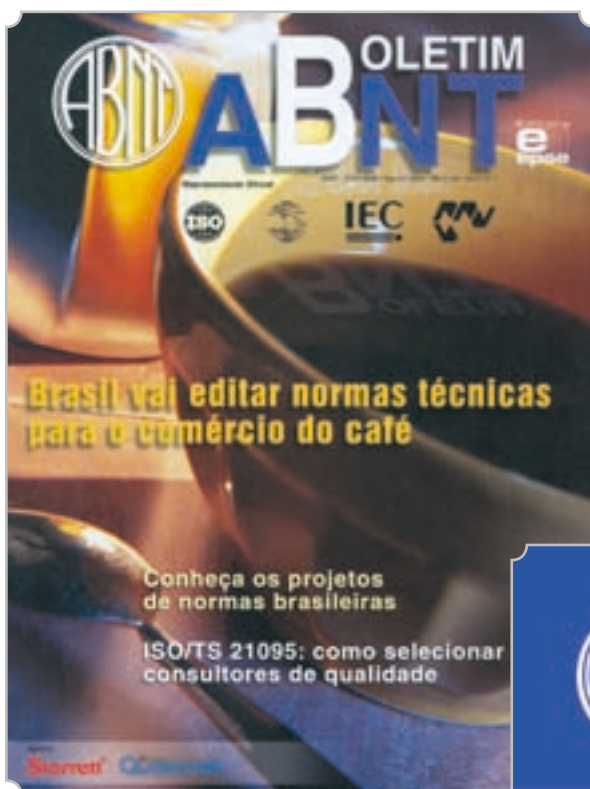
Da excursão inesquecível, publicamos duas recordações fotográficas: um grupo da comitiva tomado no terraço do Grande Hotel de Recife e uma vista da travessia em balsa do rio S. Francisco.



Primeiro Boletim
ABNT, publicado em
dezembro de 1947



Edições da Revista
ABNT, publicadas
nas décadas de
1980 e 1990.



Edições da nova fase do Boletim ABNT, publicadas a partir de 2002.



MEMÓRIA ABNT





Durante dezessete anos Pereira de Castro foi superintendente do IPT

engenheiro Alberto Pereira de Castro é testemunha importante da transformação do cenário industrial brasileiro. Ele viu nascer a ABNT e teve participação relevante na criação de outras instituições propulsoras do desenvolvimento tecnológico, como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) e a Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais (ABM).

Pereira de Castro lembra das reuniões dos Laboratórios Nacionais de Ensaio de Materiais, que deram origem à ABNT, e da decisiva contribuição do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo, e do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Rio de Janeiro, para a criação da nova entidade em 1940. “O IPT e o INT elaboravam especificações para órgãos de compra do Estado de São Paulo e da Prefeitura e Estado da Guanabara, respectivamente, e muitos desses documentos, assim como métodos de ensaios regionais, serviram de base para as normas da ABNT”, comenta.

O crescimento industrial do período pós-guerra exigiu que a ABNT criasse dezenas de comissões técnicas e se desdobrasse na elaboração de normas, porém reduziu a participação dos laboratórios e institutos tecnológicos no processo. “Surgiram as grandes indústrias, que dispensavam o trabalho dos laboratórios. A normalização assumiu um caráter internacional”, recorda Pereira de Castro.

Ele representou a ABNT numa reunião do Conselho Diretor da ISO em Genebra, em 1971. “Naquela época já existiam 280 comissões criando normas”. Hoje ele acredita que caberia um estudo sobre a ISO no Brasil: “Como vamos adequar tantas especificações internacionais? Não é questão de diminuir a qualidade, mas de atender a um menor número de classes, porque temos um mercado menor”. Ele ressalta, porém, que a normalização é necessária, porque a globalização exige, assim como a certificação. “Nosso povo merece ter produtos de qualidade certificada”, conclui.



Regulamento da Marca "ABNT" de Conformidade às Normas Brasileiras

Aprovado pelo Conselho

CAPÍTULO I

OBJETIVO

1.1 A instituição da Marca de Conformidade tem por objetivo...

1.ª Via - Associação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS DEPARTAMENTO DE MARCA DE CONFORMIDADE CERTIFICADO



relativo a cilindros para extintores



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS DEPARTAMENTO DE MARCA DE CONFORMIDADE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO N.º

relativo a PORTAS COSTA-FOGO. De acordo com a ABNT... Certificação que as PORTAS COSTA-FOGO relacionadas no Anexo fabricadas de acordo com a ABNT...



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS DEPARTAMENTO DE MARCA DE CONFORMIDADE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO

Lugar e Data

Fábrica

A fábrica atesta que todos os extintores de pressão submetidos à inspeção...



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS DEPARTAMENTO DE MARCA DE CONFORMIDADE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO N.º

relativo a cilindros de aço de alta pressão (CEB-340)

relativo a cilindros de aço de alta pressão (CEB-340)

Table with columns for inspection results, including 'Inspeção', 'Resultado', and 'Observações'.

ABNT CERTIFICADORA



A

Mais de
500
certificados

história da ABNT como organismo de certificação de produtos teve início cerca de uma década depois de sua fundação, começando pela certificação de extintores de incêndio e depois ampliando sua atuação a outros produtos dedicados à prevenção contra incêndio. Não demorou muito para o Ministério do Trabalho tornar essa certificação compulsória, fato que absorveu toda a capacidade da ABNT, o que acabou comprometendo o desenvolvimento de processos de certificação em outras áreas. Assim, até a década de 1970, no Brasil, certificação era sinônimo de proteção contra incêndio. Apesar dessa restrição, a atuação da ABNT nessa área acabou consolidando sua condição como organismo de certificação. No final dessa década, por iniciativa de seu secretário-executivo, Francisco Basílio – que, naquela época, também era secretário-executivo da ABCP –, a ABNT começou a desenvolver a certificação de cimento, através de um convênio entre as duas entidades, cabendo à ABNT a tarefa de certificar e à ABCP, a realização dos ensaios.

Ainda no final da década de 1970, com o início do funcionamento efetivo do INMETRO – que tinha sido formalmente criado em 1973, mas que, de fato, ainda não tinha saído do papel –, houve uma discussão sobre quem deveria assumir as tarefas da certificação no Brasil. Como consequência dessa polêmica, na revisão dos estatutos da ABNT, realizada nessa época, a certificação foi excluída dos seus objetivos estratégicos, mas voltou a ser incluída na nova revisão dos seus estatutos, realizada no final da década de 1980.

MARCAS DA ABNT CERTIFICADORA

Ao longo dos anos, entre outras marcas, a ABNT utilizou as seguintes:

Certificado de Registro de Empresa ABNT

Atesta a conformidade do Sistema de Garantia da Qualidade de uma empresa (fabricante de produtos ou prestadora de serviços) em relação aos requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2000



Certificado de Sistemas de Gestão Ambiental ABNT

Toda organização que possua um Sistema de Gestão Ambiental implantado segundo a norma ABNT NBR ISO 14001:1996 pode solicitar à ABNT o Certificado de Registro de Sistema de Gestão Ambiental de Empresa, que atesta a conformidade de seu sistema em relação aos requisitos da norma em referência.



Certificado de Marca de Conformidade ABNT

Atesta a qualidade e aptidão ao uso do produto de acordo com as Normas Brasileiras respectivas ou, na ausência delas, com Normas Internacionais ou Estrangeiras aceitas. Materializa-se mediante a impressão da Marca de Conformidade ABNT no produto, pela aplicação de selos, etiquetas ou outro meio equivalente.



Certificado de Marca de Segurança ABNT

Atesta a que um produto atende às características de segurança especificadas nas Normas Brasileiras respectivas ou, na ausência delas, nas Normas Internacionais ou Estrangeiras aceitas. Materializa-se mediante a impressão da Marca de Segurança ABNT no produto, pela aplicação de selos, etiquetas ou outro meio equivalente.



Certificado de Conformidade ABNT

É emitido quando as organizações necessitam demonstrar que seus produtos e serviços cumprem com especificações técnicas ou Normas Brasileiras, Internacionais ou Estrangeiras. Estes Certificados têm finalidades específicas, como, por exemplo, quando as peculiaridades do produto não permitem a aposição da Marca de Conformidade ABNT (Q), ou no caso de lotes para exportação ou ainda em serviços certificados.



Certificado do Rótulo Ecológico ABNT Qualidade Ambiental

Atesta que um produto está em conformidade com critérios ambientais de excelência estabelecidos para uma determinada categoria de produtos. Portanto, identifica os produtos com menor impacto ambiental em relação a outros produtos comparáveis, disponíveis no mercado.



Nessa época, apesar de existir uma parceria com a ABCP, a ABNT tinha um envolvimento mínimo com a certificação de cimento. Essa situação começou a ser revertida com a revisão das normas voltadas a esse produto e com iniciativas destinadas a ampliar a sua participação nessa tarefa. No início da década de 1990, a ABNT e o Ministério da Ação Social entraram em entendimentos com vistas a implementar a certificação de produtos utilizados na construção civil.

a partir de 1991, a ABNT investiu na criação de uma estrutura de certificação, com a formação de uma equipe de 12 técnicos auditores especializados, sendo uma parte deles treinada no exterior para trazer ao Brasil os conhecimentos mais atualizados em suas respectivas áreas de atuação.

Esse planejamento resultou na creditação da entidade pelo INMETRO, em fevereiro de 1995, para emitir certificados de sistemas de gestão da qualidade segundo as normas internacionais da Série ISO 9000. Na condição de entidade normativa que já representava o Brasil na ISO – International Organization for Standardization, a ABNT já participava dos fóruns internacionais onde eram discutidas as normas técnicas de gestão da qualidade, passando, então, a também emitir a marca de conformidade relativa à certificação NBR 9000:1994

Naquela época, a ABNT já fazia a certificação de produtos, utilizando para esse processo, um conjunto de normas técnicas brasileiras de produtos, tarefa que passou a ser complementada com a certificação pelas normas da Série ISO 9000.

A ABNT passou também a negociar acordos com suas entidades congêneres de Portugal, Espanha e França, para o reconhecimento mútuo dos certificados por elas emitidas, com a objetivo de permitir a redução dos gastos que vinham sendo feitos pelos exportadores brasileiros para a obtenção do reconhecimento de seus sistemas de gestão de qualidade naqueles países.

Junto com a creditação como certificadora de sistemas de gestão de qualidade NBR ISO 9000, a ABNT desenvolveu outro importante trabalho, junto à indústria siderúrgica, destinado a certificar vergalhões utilizados na construção civil. Partindo dessa experiência no setor siderúrgico, a ABNT começou a desenvolver a certificação de produtos em setores em que essa necessidade já tivesse sido detectada.

Atualmente a ABNT Certificadora tem uma forte participação nesse mercado, oferecendo uma ampla gama de certificações de produtos, serviços e sistemas.



PRESIDENTES





PRESIDENTES E DIRETORES-PRESIDENTES DA ABNT

Fundador e Patrono:
Paulo Accioly de Sá (falecido em 1984)

Presidentes do Conselho Diretor e Diretores-Presidentes

Ary Frederico Torres	1940/1953
Mariano Jatahy Marcondes Ferraz	1954/1959
Álvaro de Souza Lima	1960/1966
Arthur Levy	1967/1968

Presidentes do Conselho Diretor

Hélio Martins de Oliveira	1969/1980
Lucas Nogueira Garcez	1981/1981
Renato de Paiva Rio	1982
João Machado Fortes	1983/1984
Sérgio Franklin Quintella	1985/1990
Victor Resse de Gouvêa	1990

Diretores-Presidentes

Arthur Levy	1969
José Olavo de Freitas	1969/1970
Plínio Reis de Cantanhede Almeida	1970/1974
Luiz Verano	1975/1977
Arthur Napoleão Montagna de Souza	1977/1978
Francisco de Assis Basílio	1978/1980
Hélio Martins de Oliveira	1981/1982
Sérgio Franklin Quintella	1983/1984
Alberto Cotrim R. Pereira	1985/1986
Mauro Thibau	1987/1988
Henrique Silveira de Almeida	1989/1990

Presidentes do Conselho Deliberativo e Diretores-Presidentes

Henrique Silveira de Almeida	1991/1992
Antonio Márcio Avellar	1993/1995
Victor Resse de Gouvêa	1996

Presidentes do Conselho Deliberativo

Mário Gilberto Cortopassi	1997/2000
Jayme Ferreira Brandão Junior	2001
Francisco Florindo Sanz Esteban	2001/2002
Pedro Buzatto Costa	2003 até a presente data

Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

Franz Ludwig Reimer	2003 até a presente data
---------------------	--------------------------



Ary Frederico Torres

1940-1953

Presidente do Conselho Diretor
e Diretor-Presidente



Mariano Jatahy

Marcondes Ferraz

1954-1959

Presidente do Conselho Diretor
e Diretor-Presidente

Álvaro de Souza Lima
1960-1966
Presidente do Conselho Diretor
e Diretor-Presidente



Arthur Levy
1967-1969
Presidente do Conselho Diretor
e Diretor-Presidente





José Olavo de Freitas

1969-1970

Diretor-Presidente



Plínio Reis de
Cantanhede Almeida

1970-1974

Diretor-Presidente

Luiz Verano
1975-1977
Diretor-Presidente



Arthur Napoleão
Montagna de Souza
1977-1978
Diretor-Presidente





Francisco de Assis Basílio

1978-1980

Diretor-Presidente



Hélio Martins de Oliveira

1981-1982

Diretor-Presidente

Sérgio Franklin Quintella
1983-1984
Diretor-Presidente



Alberto Cotrim R. Pereira
1985-1986
Diretor-Presidente





Mauro Thibau

1987-1988

Diretor-Presidente



Henrique Silveira de Almeida

1989-1992

Presidente do Conselho Deliberativo
e Diretor-Presidente

Antônio Márcio Avellar

1993-1995

Presidente do Conselho Deliberativo
e Diretor-Presidente



Victor Resse de Gouvêa

1996

Presidente do Conselho Deliberativo
e Diretor-Presidente





Mario Gilberto Cortopassi
1996-2000

Presidente do Conselho Deliberativo



Jayme Ferreira Brandão Jr.
2000-2001

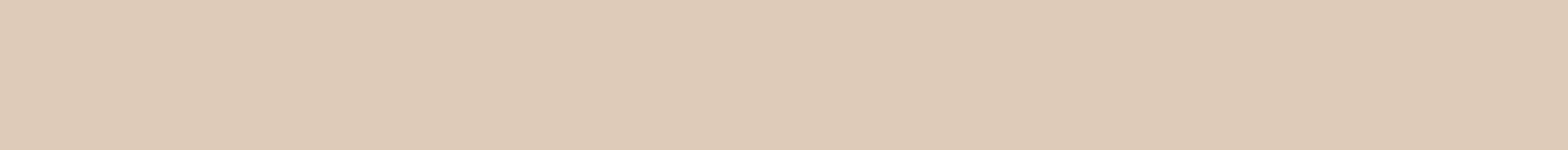
Presidente do Conselho Deliberativo

Francisco F. Sanz Esteban
2001-2002
Presidente do Conselho Deliberativo



Pedro Buzatto Costa
2003 até a presente data
Presidente do Conselho Deliberativo





DEPOIMENTOS



LEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

o e Execução de Obras
de Concreto Armado
Norma Brasileira

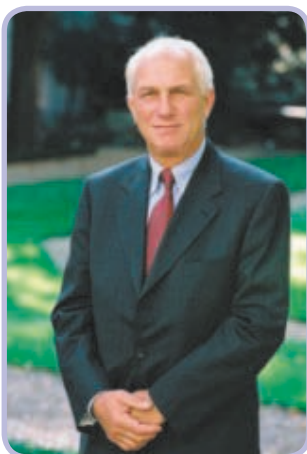
NB-1

1940

e = excentricidade de uma força normal = M/N

e' = espessura do revestimento de uma laje, destinada a distribuir sobre esta as cargas concentradas.

distância do centro de gravidade da laje de tração à linha neutra



“A ABNT É UM
 IMPORTANTE
 MEIO PARA O
 PROGRESSO
 ECONÔMICO
 E SOCIAL
 BRASILEIRO”

Vinte e cinco países fundaram a ISO, em 1946, e o Brasil foi um deles. A Organização compreende hoje os organismos nacionais de normalização de 154 países de todas as regiões do mundo, incluindo as nações desenvolvidas e em desenvolvimento – e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foi testemunha desta evolução dos associados da ISO.

Pertencente à “velha guarda” da ISO, a ABNT tem apoiado firmemente as nossas atividades e possui responsabilidades significativas, tanto que atualmente é membro do Conselho da ISO. Como a necessidade de produção de Normas Internacionais tem crescido significativamente, a ABNT tem ajustado sua organização e serviços para melhor servir os interesses econômicos brasileiros. O Brasil é um dos principais agentes no cenário mundial e tem promovido importantes reformas para melhorar sua situação econômica e social, em uma economia cada vez mais globalizada. Desta maneira, a ABNT é o “portão de entrada” da normalização internacional para a indústria brasileira e outros setores da economia.

Devido à globalização da saúde, segurança, proteção ambiental e racionamento de energia, é particularmente importante que os países em desenvolvimento e com economias em transição estejam cientes da importância das Normas Internacionais, as quais são responsáveis por promover o acesso e a crescente participação no ajuste de prioridades e desenvolvimento. Isto irá contribuir para suas economias e para o progresso social, dando-lhes acesso aos mercados mundiais e ajudando na batalha contra as importações de bens de baixa qualidade, sem tomar medidas puramente protecionistas.

Parte da resposta encontra-se em ajudar-lhes a desenvolver infra-estrutura em tecnologia de

informação, a fim de conquistar a distância e o custo da participação física no desenvolvimento dos padrões por meios eletrônicos. A ABNT tem mostrado grande interesse em terminar, dentro de um prazo recorde, sua transição para a distribuição somente por meio eletrônico.

Outra questão importante é o desenvolvimento de parcerias, em que um país em desenvolvimento se associa a um país desenvolvido para ganhar experiência e compartilhar os encargos das secretarias dos comitês técnicos da ISO, responsáveis pela elaboração de normas. A ABNT está participando em tal procedimento com o Instituto Sueco de Normalização, no campo da Responsabilidade Social, e a contribuição brasileira está sendo muito aguardada.

Além disso, um grande número de Workshops ISO/ABNT vem sendo realizado no Brasil, em particular sob os temas de sistemas de gestão e avaliação da conformidade. Em 2007, a ABNT realizará a reunião plenária do COPOLCO, o comitê da ISO de políticas ao consumidor.

Em nome da família ISO, desejo ao membro da ISO no Brasil, a ABNT, um feliz aniversário de 65 anos. A ABNT é um importante meio para o progresso econômico e social brasileiro, assim como para a sua competitividade no mercado mundial.

*Alan Bryden é Secretário Geral da Internacional Organization for Standardization (ISO).



“ABNT/BRASIL
UM MODELO
PARA OS
ORGANISMOS DE
NORMALIZAÇÃO”

Primейramente, em nome da direção e dos Organismos Nacionais da International Electrotechnical Commission (IEC), gostaria de transmitir nossos sinceros cumprimentos pelos 65 anos de fundação da ABNT.

Como uma organização mundial de normalização, creio que devemos continuar garantindo a participação efetiva de todos os países no processo de normalização internacional, tanto para os países desenvolvidos quanto para as nações em desenvolvimento. Enquanto houver a necessidade de participação de todos os países no processo de normalização, devido à utilização das Normas Internacionais no Tratado de Barreiras Técnicas da Organização Mundial do Comércio (OMC/TBT), a importância da normalização internacional dentro dos países desenvolvidos e em desenvolvimento não deve ser subestimada.

Para as indústrias brasileiras, universidades, governo e usuários finais, o benefício desta participação abrange a capacidade de influenciar na elaboração e no conteúdo das Normas Internacionais, a fim de viabilizar novos mercados potenciais e novas tecnologias, e para o aprimoramento de produtos com segurança e qualidade. Os benefícios das Normas Internacionais incluem a racionalização e redução de custos em projetos e produção, e o acesso de produtos ao mercado mundial e às novas tecnologias. Juntos, estes fatores reduzem os custos de transação e estimulam o comércio.

Para o governo e autoridades reguladoras, as Normas Internacionais são recursos essenciais para a legislação e regulamentação, já que oferecem propostas e, é claro, potencial para garantir a conformidade com o acordo OMC/TBT.

Nosso membro no Brasil, o Organismo Nacional Brasileiro da IEC é um bom modelo de como a IEC acredita que os interesses da

indústria, governo, universidades e usuários em geral podem ser representados dentro da IEC.

Temos certeza de que a ABNT continuará seu excelente trabalho, iniciado em 1940, de facilitar a efetiva participação de todos os stakeholders brasileiros para ajudar o Brasil a colher todos os frutos potenciais da Normalização Internacional.

*Aharon Amit é Secretário Geral da International Electrotechnical Commission (IEC).



“EM NOME DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, NORMALIZACIÓN E METROLOGIA (INTN) DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, DESEJAMOS QUE A ABNT TENHA AS MAIORES CONQUISTAS NOS PRÓXIMOS ANOS DE VIDA”

Desejamos que a ABNT tenha as maiores conquistas nos próximos anos .

A elaboração de normas técnicas cumpre um papel fundamental no desenvolvimento dos países, sobretudo como maneira de fomentar a competitividade para chegar à excelência. Além disso, um mundo globalizado exige a harmonização destes regulamentos técnicos como ferramenta para a negociação e abertura de novos mercados, buscando erradicar todas as barreiras não-tarifárias tão prejudiciais ao bloco Mercosul.

O INTN deixa suas portas abertas para o diálogo e a colaboração, com vistas ao aprimoramento de todas as instituições envolvidas. Reiteramos nossos sinceros votos de grandes conquistas. Um fraterno abraço!

*Maria Antonieta Gamarra de Velazquez é Diretora Geral do INTN (Paraguai) e Presidente da AMN.

O nascimento dos organismos de normalização da América do Sul, no começo do século passado, foi resultado de ações estratégicas de um grupo de organizações públicas e privadas que viram claramente que o desenvolvimento e o crescimento dos países deveriam acontecer através da implantação dos conceitos de qualidade, estreitamente ligados aos da normalização.

Todavia, pode-se dizer que uma das contribuições mais importantes da normalização foi e é a de ser um veículo para a transferência de tecnologia, informação e experiência implícita.

A normalização em nível nacional, e que logo se estende a níveis regional e internacional, faz com

que os setores envolvidos, estimulados pela globalização e pela necessidade de estabelecer uma linguagem comum que facilite o intercâmbio de bens e serviços, tomem consciência da importância de ser parte ativa na tomada de decisão, que tem impacto direto sobre sua economia.

Para concretizar esta participação efetiva, é necessário incorporar na sociedade, desde as primeiras etapas de educação, o conceito da normalização e seus benefícios. Os organismos de normalização são, sem dúvida, um elemento fundamental no desenvolvimento técnico e econômico dos países, que já superam o conceito de qualidade dos produtos para alcançar a qualidade de vida na sociedade em geral e no ambiente que nos circunda.

As normas, em quaisquer de seus níveis, devem ser instrumentos que facilitem o comércio, eliminem barreiras técnicas e agreguem transparência às transações, desde o momento em que se toma como base a verificação e certificação.

Para cumprir efetivamente sua função, é importante que o Organismo Nacional de Normalização seja o único representante da totalidade dos setores interessados do país, como é o caso da ABNT, já que é a forma de assegurar a opinião nacional conjunta e se constitui uma única referência, tanto para dentro como para fora de suas fronteiras, assumindo este papel nos foros internacionais.

O IRAM e a ABNT se criaram com poucos anos de diferença, como irmãos de uma mesma família. É assim que nos sentimos. Em nome de todos os integrantes do IRAM, oferecemos a ABNT nossas sinceras felicitações por seus 65 anos de esforços em benefício do Brasil e da região.

* José Francisco López é Diretor Geral do Instituto Argentino de Normalización y Certificación (IRAM).



“O IRAM
E A ABNT
SE CRIARAM
COMO IRMÃOS
DE UMA MESMA
FAMÍLIA”



“A COPANT CUMPRIMENTA A ABNT PELOS SEUS 65 ANOS DE EXISTÊNCIA, E AO MESMO TEMPO AGRADECE TODOS OS SERVIÇOS PRESTADOS AO LONGO DESTE PERÍODO, SEMPRE VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DA NORMALIZAÇÃO”

A COPANT, neste momento em que a ABNT comemora seus 65 anos, não poderia deixar de reconhecer a sua importância na criação da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas.

Desde reuniões que ocorreram a partir de 1941, realizadas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, com o objetivo de se criar um Comitê Sul-Americano de Normas, até 1961, em Montevideú, quando delegados da Argentina, Brasil, Chile, EUA, Peru, Uruguai e Venezuela deram andamento à “fundação” da COPANT, a ABNT sempre se fez presente.

Seu envolvimento junto à COPANT é muito significativo. O primeiro presidente da organização pan-americana, em 1961, por exemplo, foi o também patrono da ABNT, Paulo Sá. Foi com ele que um plano de trabalho foi preparado para o lançamento das 26 primeiras normas da associação. Outro brasileiro, Alberto Sinai Neves, acabou sucedendo Paulo Sá na presidência da entidade.

Criada para desenvolver normas regionais e adaptar as internacionais de acordo com as necessidades de seus membros, facilitando a concorrência em um mercado globalizado e encorajando a participação dos organismos nacionais de normalização junto aos organismos internacionais através de programas de capacitação, a COPANT hoje cumprimenta a ABNT pelos seus 65 anos de existência e, ao mesmo tempo, agradece através desta mensagem, todos os serviços prestados ao longo deste período, sempre visando ao desenvolvimento da normalização.

Desejamos à ABNT uma longa vida, com prosperidade e competência para que, junto com a COPANT, possa ser parceira efetiva, trabalhando e difundindo a importância da normalização.

* Carlos Santos Amorim Junior é Presidente da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT).

“A ABNT SEMPRE
ESTEVE EM
PRIMEIRA LINHA”



Um país deve encarar a normalização técnica como parte essencial de sua infra-estrutura. Lamentavelmente, como não ocorrem benefícios imediatos, as sociedades e os governos dos países em desenvolvimento, inseridos nas urgências cotidianas, não prestam a devida atenção à normalização, ainda que estudos internacionais demonstrem que o investimento em normalização é um dos mais rentáveis que um país pode fazer.

A ABNT, desde sua fundação, tem buscado, com êxito, inserir o Brasil no cenário da normalização internacional. Em um primeiro momento e durante muitos anos, fez isso através de convênios bilaterais de intercâmbio de publicações e cooperação mútua com os outros organismos. Todavia, quando se começou a falar em integração das Américas e se acelerou a internacionalização do comércio, a ABNT esteve sempre em primeira linha para promover ou acompanhar a formação de organismos regionais ou internacionais de normalização.

Foi assim que teve um papel-chave no processo de fundação da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas, desde sua reunião,

no Rio de Janeiro, em 1941, até sua prática, em Montevidéo, em 1961. Também esteve presente na reunião convocada em Londres, em 1946, para constituir um organismo internacional, tornando-se, em 1947, um membro fundador da ISO. A ABNT também impulsionou e participou da reunião de fundação da atual Associação Mercosul de Normalização, em 1991, em Montevidéo.

Nestes 65 anos, a ABNT vem desempenhando um papel de protagonista em todos estes organismos, compartilhando sua experiência e cooperação para seu desenvolvimento e obtendo benefícios incalculáveis para a sociedade brasileira. Sua atividade em nível nacional e internacional proporciona ao setor empresarial brasileiro a possibilidade de igualar-se tecnologicamente aos países mais desenvolvidos do mundo e assegura aos consumidores que suas expectativas e necessidades sejam satisfeitas.

Quando analisamos os benefícios da normalização técnica, imediatamente vislumbramos o efeito favorável que possui na facilitação do comércio, na proteção do consumidor e do meio ambiente e na preservação da segurança das pes-

soas e dos bens. Estes benefícios ajudam tanto os países mais avançados quanto aqueles em desenvolvimento. Mas o que muitas vezes não percebemos é o serviço de valor incalculável que as normas técnicas prestam para a comunicação de conhecimentos e para a transferência de tecnologia. Nestes últimos aspectos é que a normalização regional e, em particular, a normalização internacional, se transformam em verdadeiras pontes entre os países com distintos níveis de desenvolvimento.

As normas técnicas, entre outras coisas, reconhecem a experiência e os conhecimentos acumulados de milhares de especialistas, de forma concreta e prática, e seu processo de elaboração em nível nacional ou internacional possibilita o encontro, intercâmbio e cooperação entre as diferentes partes interessadas. É por isto que, mediante a elaboração de normas e a participação dos organismos internacionais dedicados à sua harmonização, os países podem dar passos gigantes em seus objetivos de superação econômica e social.

*Pablo J. Benia é Diretor do Instituto Uruguaio de Normas Técnicas (UNIT).

A ABNT está vivendo seu melhor momento. Está se reerguendo e retomando efetivamente seu papel. É disso que a indústria brasileira necessita. Para o CIESP é uma honra acompanhar de perto este novo estágio de uma das entidades mais essenciais para o desenvolvimento do Brasil. A ABNT chega aos 65 anos de existência com fôlego renovado para contribuir ainda mais para a excelência técnica de nosso país.

*Cláudio Vaz é presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).



“A ABNT ESTÁ
VIVENDO SEU
MELHOR
MOMENTO”

Nesses 65 anos de vida, a ABNT se firmou como uma instituição indispensável para a indústria brasileira. Sabemos que no cotidiano de nossas empresas a preocupação com a qualidade e a segurança dos produtos é muito importante. A CNI reconhece, também, que a construção da ABNT, em todos esses anos, foi fruto do esforço conjunto de empresários, técnicos e especialistas, que criaram um ambiente profícuo de discussão e contribuíram para ampliar a competitividade da indústria brasileira. Ninguém melhor do que os industriais para saber o valor e a importância da norma técnica para garantir o acesso a mercados no Brasil e no exterior. Por isso mesmo, só tenho a desejar muitos anos de vida e sucesso à ABNT.

*Armando Monteiro Neto é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“ABNT SE FIRMOU
COMO UMA
INSTITUIÇÃO
INDISPENSÁVEL”



“ABNT OS 65 ANOS DE UMA AUSPICIOSA ORGANIZAÇÃO”



Em 28 de setembro de 1940, no Rio de Janeiro, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia (esse nosso importante instituto, berço de alguns dos mais relevantes acontecimentos relativos à tecnologia brasileira), o Dr. Saturnino de Brito Filho, membro da Federação Brasileira de Engenheiros, referiu-se à então nascente Associação Brasileira de Normas Técnicas como uma “auspiciosa organização”, destacando ainda o contexto da uniformização das normas em todo o mundo e enfatizando que “da uniformização de métodos, do intercâmbio cultural e comercial advirão muitos benefícios para o nosso País”.

Naquele momento, a corroborar essa visão, os Estatutos, então aprovados por um seletivo grupo de sete pessoas, previam, entre outras cláusulas importantes, a “constituição de uma biblioteca em que se reunisse tudo que fosse interessante à elaboração das Normas”. Aqueles senhores aclamaram as palavras do orador, validando a percepção de que a norma técnica é um instrumento de progresso, diríamos hoje um instrumento importante para qualquer projeto de desenvolvimento sustentável.

Em 1940 ainda não estava plenamente configurada a estratégia de transformação do Brasil de uma economia agrária em uma economia industrial, com base nas oportunidades que se revelariam pouco mais adiante, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, e que ensejaram o modelo de substituição de importações. Esse modelo, que o Brasil optou por seguir, não era especialmente favorável à produção de normas, posto que calcado na importação de tecnologias consolidadas e disponíveis para transferência.

Assim, em oposição ao princípio auspicioso, a nossa atividade de normalização tornou-se subsidiária da dinâmica industrial e não sua causa, pela incorporação do estado-da-arte do conhecimento tecnológico na atividade produtiva, como ocorre nos paí-

ses centrais e tecnologicamente mais dinâmicos.

Tal fenômeno explica, pelo menos em parte, a relativamente modesta atividade de normalização que sempre tivemos, mas que também foi importante para favorecer a constituição do parque fornecedor nacional, quando a política de compras das grandes estatais passou a privilegiar a indústria local.

Há dez anos, quando a ABNT completou seus 55 anos, o panorama já era outro, posto que entrava em cena a Organização Mundial do Comércio, ao cabo da Rodada Uruguai do GATT, finalizada no ano anterior. Nesses últimos dez anos, a nova dinâmica do comércio mundial impunha, claramente, que o novo foco da atividade de normalização era a construção da norma internacional e que, portanto, o papel dos organismos de normalização, entre eles a ABNT, era o de reunir as condições que permitissem ao País, por meio das empresas, organismos técnicos e demais entidades interessadas, participar dos novos desafios em condições de influenciar as decisões técnicas quando e onde estivessem sendo discutidas.

Para atuar nesse novo contexto exige-se competência técnica na fronteira da conhecimento tecnológico, preparo para trabalhar em grupos compostos por representantes de diversos países, normalmente oriundos de empresas inovadoras e de grande porte, grande capacidade de articulação e, não menos importante, suporte financeiro para a pesada agenda de reuniões nos respectivos grupos de trabalho.

Entretanto, esses desafios, pouco triviais e bastante complexos, como se vê, encontraram-nos despreparados para os novos tempos: a ABNT encontrava-se em situação difícil, afastada do intercâmbio cultural que foi aludido no momento da sua criação, afastada do saber pretendido com a figura simbólica da “biblioteca” e mergulhada em dificuldades estruturais, conjunturais

e de governança, hoje, felizmente, em grande parte superadas. Dentre os fatores limitantes de uma atuação mais pró-ativa por parte da ABNT e talvez o mais relevante, situava-se, não se pode esquecer, o baixo nível de inovação das empresas devido, entre outras causas, à própria origem do processo de industrialização brasileiro.

Nos anos mais recentes, após grave crise, houve um salto que permitiu posicionar melhor a ABNT tanto no cenário nacional quanto no internacional, e as medidas de gestão hoje em curso estão produzindo importantes ganhos para a Associação, ainda que alguns desafios persistentes devam ser enfrentados e equacionados.

A experiência de se ir à ABNT hoje, tanto na sede no Rio de Janeiro, quanto na nova unidade de São Paulo é a de se entrar em um ambiente profissional bem organizado e o meio físico que lá se encontra, como qualquer outro meio, traduz a mensagem, com seus significados e significantes, conforme teoriza Marshall MacLuham. Nesse caso, ao se proporcionar melhor ambiente de trabalho se sinaliza, tanto para o público interno quanto para os clientes e colaboradores da Associação, a postura inovadora, sem a qual não se constrói o futuro.

Quando da primeira reunião do Grupo de Trabalho da ISO sobre a futura norma de Responsabilidade Social, em Salvador, em março de 2004, tivemos a oportunidade de manifestar que para as normas da série ISO 9000 havíamos nos mobilizado com cerca de quatro anos de atraso, com o CB-25; que nas da série ISO 14000 havíamos começado a tempo, com o GANA, hoje CB-38; e que com a ISO 26000 havíamos nos antecipado, oferecendo à reflexão internacional a norma ABNT NBR 16001.

Esse é precisamente o quadro que marca a ABNT de hoje, uma organização sadia, disposta a abrir novas frentes e em plenas condições de honrar a visão de futuro dos que a criaram em 1940.

*Reinaldo Dias Ferraz de Souza é Coordenador-Geral de Serviços Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia e membro do Conselho Deliberativo da ABNT.

O Brasil precisa ingressar em caráter definitivo no círculo virtuoso do crescimento sustentado. Com este objetivo, o setor privado e suas entidades de classe têm papel preponderante, devendo mobilizar-se para remover os entraves ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, continuar avançando no aprimoramento dos sistemas produtivos.

Nesse sentido, a normalização é um dos itens fundamentais. Em especial quando ancorada na pesquisa, no trabalho científico e na experiência prática bem-sucedida. As normas têm, também, papel estratégico no desenvolvimento de novos produtos e, conseqüentemente, na transformação da tecnologia e da inovação em diferencial competitivo. São ferramentas imprescindíveis para eliminar ou reduzir as barreiras técnicas às exportações e para agregar aos produtos os requisitos de qualidade hoje exigidos em todos os mercados mundiais. Além disso, as normas devem garantir a excelência dos bens de consumo, sua correção sob o ponto de vista ambiental e a segurança do consumidor.

Assim, fica muito clara a importância da normalização para o mercado interno, a competitividade no contexto internacional e a conquista de novos horizontes comerciais, fatores decisivos para que o Brasil ingresse no patamar das nações desenvolvidas. Feliz-

mente, o País tem na ABNT um trabalho eficaz nesse campo, que se reflete em sua produção industrial, cada vez mais avançada e à altura de atender aos requisitos da economia contemporânea.

*Paulo Skaf é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).



“A ABNT É UMA
FERRAMENTA DO
DESENVOLVIMENTO”



“A normalização técnica é tão importante para o desenvolvimento nacional quanto a capacitação tecnológica. Ambas, em conjunto, dão suporte à prosperidade industrial. A ABNT, em seus 65 anos, teve papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, tanto mais notável quanto se sabe do seu trabalho abnegado, voluntário e eficiente. Parabéns a todos que fizeram e mantêm a ABNT em elevado nível.”

*Adriano Murgel Branco



“A pequena participação em trabalhos dos comitês, em cursos e em outros eventos oferecidos por essa Associação significou uma forte contribuição para o meu desenvolvimento profissional. Todavia, ao longo dos 65 anos da ABNT, verifica-se que os seus dirigentes possibilitaram-lhe o desempenho de importante papel estratégico no desenvolvimento técnico-econômico do Brasil, com aprovação de normas que harmonizam os interesses das Comunidades Nacional e Internacional. Parabéns!”

*Romeo Ferreira dos Santos

“Há 26 anos sou sócio da ABNT. No início, a indústria utilizava as normas técnicas americanas, porque os equipamentos no Brasil eram americanos. A ABNT surgiu para estabelecer normas dentro do nosso modo de vida, do nosso clima, porque havia normas americanas para clima frio, e o nosso é clima temperado. Hoje, os americanos têm para qualquer clima.”

*Antonio Mendoza Lima



“Após atravessar muitas tormentas, pode uma ABNT rejuvenescida comemorar seus 65 anos sob céu de brigadeiro. O pioneirismo da introdução, a partir dos gabinetes do Instituto Nacional de Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, do conceito de normas técnicas no nosso campo industrial constituiu o fundamento sobre o qual pôde ser erguido o edifício da garantia da qualidade e da segurança dos serviços e dos produtos brasileiros. Minha saudade aos idealizadores da Associação e meu respeito aos seus atuais dirigentes.”

*Alfredo Levy



“Estávamos no final da década de 50. Quando precisávamos de algumas normas sempre recorriamos à ABNT, situada aquela altura na rua Marquês de Itu. A sala era acanhada, mas o pessoal eficiente. Passaram-se os anos e já podíamos contar, em nosso acervo, com normas ISO e IEC. Elas estavam lá, à disposição dos interessados. Muito mais tarde surgiram instituições oficiais, como o INMETRO, e despontaram as ISO 9000 e 14000. A ABNT passou então para o âmbito universal onde está até hoje. Que transformação e que eficiência! Trata-se de uma organização conhecida mundialmente! Parabéns à nossa ABNT pelos seus 65 anos.”

**Ruy de Salles Penteadó*

“Se não houvesse as normas técnicas, tudo na nossa vida seria um caos. As normas são importantes e hoje não conseguiríamos viver sem elas. Sou sócio e freqüento a ABNT há mais de 50 anos, participei de vários comitês e ajudei a fazer algumas normas. Esse convívio com a Associação foi muito proveitoso para mim. A ABNT é de fundamental importância ao Brasil e todos nós devemos aplaudi-la e respeitá-la.”

**Jamil Hallage*

“A ABNT abrigou, durante dezenas de anos, as comissões que labutaram na elaboração das normas de projeto e na execução de obras de concreto armado e protendido. Para mim foi uma oportunidade rara de conviver com grandes mestres como o Prof. Telemaco van Langendonck, Prof. Figueiredo Ferraz, entre outros. Foi uma época muito grata para todos.”

**José Lourenço B. de A. Castanho*

“A ABNT patrocina e publica especificações para o projeto e a execução dos mais variados tipos de obras e serviços. Presta um valor inestimável à técnica brasileira.”

**Sigmundo Golombek*

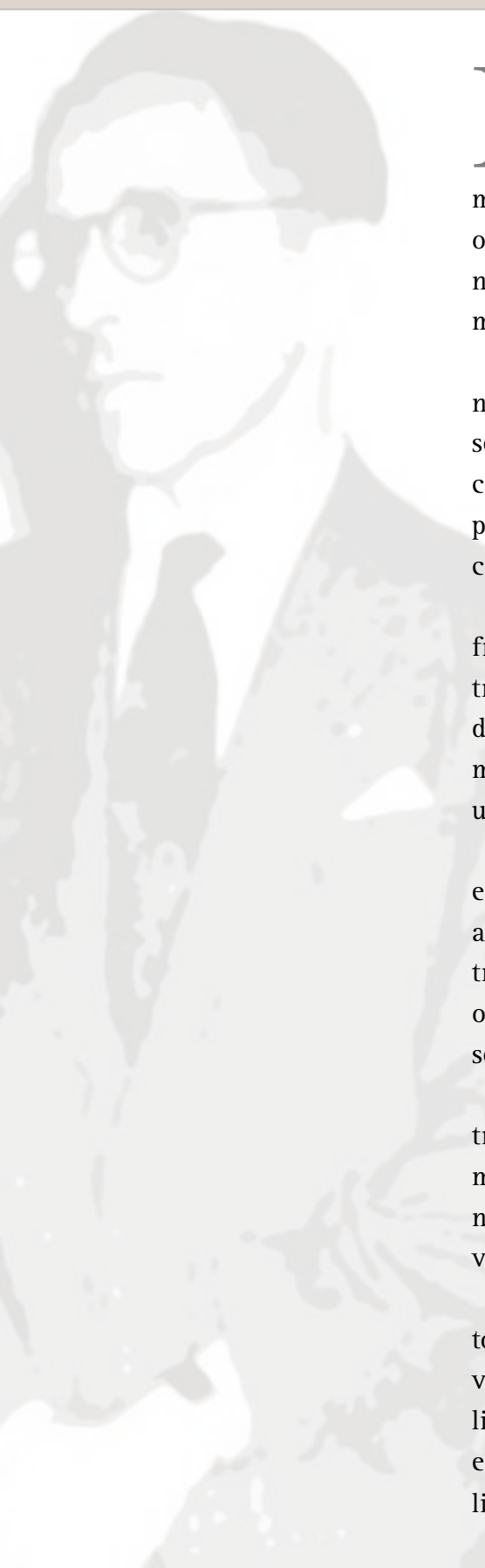
“Tornei-me sócio da ABNT por incentivo do professor da Cadeira Materiais de Construção, quando cursava o quarto ano da Faculdade. Esse fato, na minha vida profissional, além de tornar-me consciente da importância do papel que a organização exerceu, exerce e continuará exercendo nos campos técnicos, industrial e de serviços, também foi incentivo na minha participação na elaboração de normas de especificação de produtos, normas de ensaios e procedimentos de fabricação e segurança na indústria, na qual exerço há 52 anos minhas atividades profissionais. Parabéns à ABNT pelos 65 anos de árduos trabalhos.”

**Carlos Vicente Ferrero*

“No começo, tive a oportunidade de representar a Light & Power Co. Ltd. junto à ABNT, em São Paulo. Posteriormente, considerando a importância e a excelência dos trabalhos de normalização da Associação, na minha área de atuação de engenharia, mantive a filiação individual até agora, por um período de cerca de 40 anos, sempre recorrendo à ABNT para a execução de serviços especializados de obras civis e eletricidade.”

**Eiichi Kuguimiya*

O NORMALIZADOR



Foi-se o tempo em que o normalizador trabalhava pelo amadorismo, na essência da palavra. Tal encargo era visto com glamour nos primórdios da ABNT e da Normalização Internacional. Nos dias atuais, com a mudança e o interesse, tanto político quanto econômico do mundo, a normalização passou a ser instrumento fundamental para o mundo globalizado.

Mas independente do período e do interesse que ronda a normalização no mundo, o que importa é que o normalizador sempre teve o seu valor perante a sociedade, seja por amor ou como forma de renda. Isso porque é ele que garante o cumprimento das normas. Normas essas importantes no nosso cotidiano.

Poucos prestam atenção, mas a normalização está presente freqüentemente em nossas vidas. A casa onde vivemos, os transportes que utilizamos, o banco onde guardamos nosso dinheiro, a alimentação comprada no supermercado, ou até mesmo objetos como um simples palito de fósforo requerem um padrão a ser seguido.

E não é só isso. A Normalização também é uma ferramenta essencial para a prevenção de impactos e conseqüências que ameaçam freqüentemente a vida humana, como acidentes de trânsito e domésticos, além dos desastres naturais que vêm ocorrendo ultimamente. Por esse motivo, o normalizador pode ser considerado um guardião, em todos os sentidos.

É o normalizador que, com a dedicação e empenho de seu trabalho, independente da remuneração, faz com que vivamos ou, pelo menos, nos sintamos mais seguros em um planeta que, hoje em dia, é sinônimo de desigualdade social, violência e guerra.

Amparados nesses fatos e aproveitando esse momento histórico da ABNT, que completa 65 anos dedicados ao Desenvolvimento Tecnológico e à Normalização, oferecemos este livro a todos os Normalizadores brasileiros que durante todo esse tempo colaboraram para o desenvolvimento da normalização no país.

HISTÓRICO
ABNT

ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS

EXPEDIENTE

Coordenação	Laila Pieroni
Redação	André Fernandes Denise Lima
Pesquisa Histórica	André Fernandes
Projeto Gráfico	Hodogéu Comunicação e Marketing
Revisão	Ricardo Torrico
Impressão	SR Gráfica e Editora
Data de publicação	14 de outubro de 2006







**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS**

